

**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

CINTIA LIMA RAPHAEL

**A ESCOLARIZAÇÃO PÚBLICA PRIMÁRIA EM PIRACICABA
(1857-1897)**

**MARÍLIA
2020**

CINTIA LIMA RAPHAEL

**A ESCOLARIZAÇÃO PÚBLICA PRIMÁRIA EM PIRACICABA
(1857-1897)**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Filosofia e Ciências, da Universidade Estadual Paulista – UNESP – Campus de Marília, como requisito para obtenção do título de Mestre em Educação.

Linha de Pesquisa: Filosofia e História da Educação no Brasil

Orientadora: Prof.^a Dra. Ana Clara Bortoleto Nery

MARÍLIA
2020

R217e Raphael, Cintia Lima
A escolarização pública primária em Piracicaba (1857-1897) /
Cintia Lima Raphael. -- Marília, 2020
80 f.

Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista (Unesp),
Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília
Orientadora: Ana Clara Bortoleto Nery

1. Educação - História. 2. Escolas primárias. 3. Século XIX. 4.
Piracicaba. I. Título.

Sistema de geração automática de fichas catalográficas da Unesp. Biblioteca da Faculdade de
Filosofia e Ciências, Marília. Dados fornecidos pelo autor(a).

Essa ficha não pode ser modificada.

CINTIA LIMA RAPHAEL

**A ESCOLARIZAÇÃO PÚBLICA PRIMÁRIA EM PIRACICABA
(1857-1897)**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Filosofia e Ciências, da Universidade Estadual Paulista – UNESP – Campus de Marília, como requisito para obtenção do título de Mestre em Educação.
Linha de Pesquisa: Filosofia e História da Educação no Brasil

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dra. Ana Clara Bortoleto Nery (Orientadora)
Universidade Estadual Paulista
Faculdade de Filosofia e Ciências

Prof.^a Dra. Rosane Michelli de Castro
Universidade Estadual Paulista
Faculdade de Filosofia e Ciências

Prof. Dr. Wenceslau Gonçalves Neto
Universidade Federal de Uberlândia
Programa de Pós-Graduação em Educação

Marília, 21 de agosto de 2020.

Dedico esta dissertação às pessoas que amorosamente me incentivaram a ingressar no mundo da pesquisa acadêmica.

AGRADECIMENTOS

Foi uma longa e difícil jornada que me trouxe à conclusão deste trabalho. Assim, não poderia deixar de registrar aqui meus amorosos agradecimentos a algumas pessoas que fizeram toda a diferença nesse percurso.

Gostaria, primeiramente, de agradecer à minha estimada orientadora, Prof.^a Dra. Ana Clara Bortoleto Nery, por suas inestimáveis contribuições, não apenas intelectuais, mas também por todo o suporte emocional e compreensão que me endereçou em todos os momentos desse processo. Sua fé no meu potencial de pesquisadora e sua paciência foram fundamentais para que eu chegasse à conclusão desse mestrado.

Aos Professores Rosane Michelli de Castro e Wenceslau Gonçalves Neto, que gentilmente aceitaram participar das minhas bancas de qualificação e defesa. Suas contribuições enriqueceram sobremaneira a presente pesquisa. Ademais, agradeço a amabilidade com que ambos sempre se dirigiram a mim.

À querida Carolina Martin, nova amiga que essa pesquisa me proporcionou, por me auxiliar de inúmeras maneiras nessa trajetória, principalmente no fornecimento dos arquivos digitalizados do jornal *Gazeta de Piracicaba* e das Atas e Ofícios da Câmara Municipal de Piracicaba e de sua preciosa catalogação. Sua generosidade e solidariedade acadêmica muito me ensinaram. Gratidão infinita!

Aos queridos colegas do GEPAEFE – Grupo de Estudos e Pesquisas em Administração da Educação e Formação de Educadores, por seu apoio, pelas contribuições teóricas e pelas frutíferas discussões realizadas, que muito me auxiliaram nas reflexões para a escrita do texto. Ao Departamento de Didática da FFC-Unesp/Marília, onde trabalho, cujos professores, dentre eles alguns grandes amigos meus, sempre me incentivaram nessa caminhada, inclusive nos momentos mais delicados. Aqui destaco o apoio do Prof. Rodrigo Pelloso Gelamo – que foi chefe de departamento no momento em que ingressei no mestrado.

Aos funcionários da Pós-Graduação (meus colegas) e, em especial, à Ana Paula Galves Bonfim, Luciana Gomes, Sandra Regina Doretto Guelpa do Nascimento e Ana Paula Rodrigues (que ali trabalhou por um período durante meu curso). Suas palavras de suporte jamais serão esquecidas, bem como o auxílio prontamente prestado nos momentos em que necessitei.

À querida amiga e colega de trabalho, Prof.^a Luciana Aparecida de Araujo – uma das primeiras pessoas a me incentivar a desenvolver uma pesquisa acadêmica. Agradeço por sua valiosa amizade, por sua fé em minhas potencialidades, pelo carinho fraterno, auxílio e orações.

À Prof.^a Rosa Fátima de Souza, pesquisadora a quem muito admiro, cujas aulas foram maravilhosas e enriquecedoras e cuja obra me inspirou desde o início do curso a seguir pela encantadora senda da História Cultural.

À Prof.^a Sonia Troitiño que gentilmente me autorizou a assistir às suas aulas de Paleografia, no curso de Arquivologia, que muito me auxiliaram em determinada etapa dessa pesquisa que tratou com documentação manuscrita.

À querida amiga Silvia Maria de Oliveira por sempre ter acreditado em mim, pelas riquíssimas discussões que desenvolvemos e pelas orações que me dedicou.

Aos queridos amigos Unespianos: Aline Fávero Canalli de Moraes, Josiane de Moura Dias Marquizele, Renato de Oliveira Pereira, Augusto Rodrigues e Francisane Nayare de Oliveira Maia pelo carinho, apoio, torcida, trocas acadêmicas e conversas enriquecedoras, estimulantes e agradáveis.

Enfim, muitas foram as figuras que tornaram possível a conclusão desse percurso. A todos a minha amorosa gratidão.

RESUMO

Trata-se de dissertação de mestrado voltada à investigação das escolas públicas primárias (provinciais/estaduais), em Piracicaba, município do interior do estado de São Paulo, no século XIX (1857-1897). A relevância da pesquisa sobre a escolarização primária pública em Piracicaba, no recorte proposto, apresenta-se em virtude da existência de poucos estudos sobre essa temática, no período anterior à escola primária graduada neste município, que futuramente seria um dos principais protagonistas da educação paulista. Essa pesquisa tem como objetivo principal compreender as formas pelas quais se estabeleceu a escolarização pública primária em Piracicaba, ao analisar a figura do/a professor/a. O recorte temporal definido para pesquisa se deve ao fato do ano de 1857 ser identificado como o mais remoto nas fontes documentais encontradas e, em 1897, a inauguração do primeiro Grupo Escolar no município – instituição escolar estadual emblemática do regime republicano, que alteraria profundamente o sistema educacional paulista. Os procedimentos metodológicos envolvem pesquisa bibliográfica e análise documental. A pesquisa tem caráter histórico e estabelece como critério de análise a perspectiva da História Cultural, notadamente, da Cultura Escolar. Nesse sentido, predominam as contribuições de Forquin (1993), Julia (2001), Souza (1998; 2009) e Escolano (2017) como referencial teórico. Dentre as fontes documentais estão as oficiais, tais como os ofícios de autoridades e atas da Câmara Municipal de Piracicaba e os anais da Assembleia Legislativa de São Paulo, complementadas por fontes jornalísticas - *Gazeta de Piracicaba* e *A Província de São Paulo* - e bibliográficas do período pesquisado. Como resultado, pôde-se constatar que a criação e supressão de escolas no município foi um processo dinâmico, que sofreu grande instabilidade, o que resultou numa visível variação numérica ao longo do período. Observamos que, em 1826 havia uma escola para meninos na localidade, enquanto em 1845, foi criada a primeira escola para meninas, houve ampliamiento no decorrer do período, o que acarretou no ano de 1897 em 14 escolas públicas primárias destinadas para ambos os sexos. Ser professor/a em Piracicaba, naquele momento histórico, representou o enfrentamento de dificuldades de ordem estrutural, material e política. Ser professora, dada a época, foi um processo ainda mais complexo, pois suas liberdades eram mais cerceadas e as possibilidades de ascensão na carreira muito escassas. Todavia, apesar de Piracicaba carecer de recursos necessários ao provimento de condições ideais para o exercício do magistério, estava bem à frente, nas questões educacionais, em comparação a outras localidades da província/estado de São Paulo. Espera-se, assim, com essa pesquisa, poder contribuir para o resgate e registro de uma parte da história da educação paulista, dentro do contexto piracicabano, dado que há poucas pesquisas voltadas a essa temática e que a documentação até então encontrada aponta grande potencial de investigação.

Palavras-chave: Educação no Império. Escolas primárias públicas. Escolas Primárias em Piracicaba.

ABSTRACT

The present work is a master's thesis focused on the investigation of public primary schools (province/state schools), in the 19th century (1857-1897), in Piracicaba, an inland town in the state of São Paulo. The relevance of the research on public primary schooling in Piracicaba, in the proposed outline, is presented due to the existence of few studies on this theme, in the period prior to the graduated primary school in this municipality, which in the future would be one of the main protagonists of São Paulo education. This research has as its main objective to understand the ways in which public primary schooling was established in Piracicaba by analyzing the figure of the teacher. The time frame defined for research is due to the fact that the year 1857 was identified as the most remote in the documentary sources found and, in 1897, the inauguration of the first School Group in the municipality - an emblematic state school institution of the republican regime, which would profoundly alter the São Paulo educational system. The methodological procedures involve bibliographic research and document analysis. The research has a historical character and establishes the perspective of Cultural History as a criterion for analysis, especially School Culture. In this sense, the contributions by Forquin (1993), Julia (2001), Souza (1998; 2009) and Escolano (2017) predominate as a theoretical framework. Among the documentary sources are the official ones, such as the official letters and minutes of the Piracicaba City Council and the annals of the Legislative Assembly of São Paulo, complemented by journalistic sources - *Gazeta de Piracicaba* and *A Província de São Paulo* - and bibliographic sources of the period researched. As a result, it was found that the creation and suppression of schools in the municipality was a dynamic process, which suffered great instability, which resulted in a visible numerical variation over the period. We observed that in 1826 there was only one school for boys in the area, in 1845, the first school for girls was created, and as early as 1897, there were fourteen public primary schools there, intended for both sexes. Being a teacher in Piracicaba, at that historic moment, represented facing structural, material and political difficulties. Being a female teacher, given the time, was an even more complex process, as her freedoms were more restricted and the possibilities for career advancement were very scarce. However, in spite of Piracicaba lacking the necessary resources to provide ideal conditions for the exercise of teaching, it was well ahead in terms of education, compared to other locations in the province/state of São Paulo. Therefore, with the present research, we expect to contribute to the rescue and registration of a part of the history of São Paulo education within Piracicaba context, given that there are few researches focused on this theme and that the documents found so far point to great potential research.

Keywords: Education in the Empire. Public Primary Schools. Primary Schools in Piracicaba.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Mapa de Vila Nova Constituição em 1823.....	22
Figura 2 - Mapa da Província de São Paulo – 1886 – “mandado organizar pela Sociedade Promotora de Imigração de S. Paulo”.....	31
Figura 3 - Carta do Professor João Theodozio ao Inspetor Geral da Instrução Pública mencionando o enfrentamento de dificuldades.....	62

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Quantidade de escolas públicas primárias em Constituição/Piracicaba no período de 1826 a 1897.....	50
--	----

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Relação de escolas públicas primárias de Piracicaba e seus respectivos/as professores/as no período de 1835 a 1897.....	47
---	----

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	10
2	APRENDER A LER, ESCREVER E CONTAR ENTRE O IMPÉRIO E A REPÚBLICA (1857-1897).....	18
2.1	Legislação educacional entre Império e República: alguns destaques.....	25
2.2	Analfabetismo e demanda por escolarização primária.....	34
2.3	Configuração da escolarização primária no século XIX e os modelos pedagógicos estrangeiros trazidos para o Brasil.....	37
2.4	A Formação de Professores no século XIX e a(s) forma(s) de ingresso na profissão docente.....	39
2.4.1	Ingresso docente nas cadeiras públicas de ensino primário.....	42
2.5	As escolas da infância no Império: da escola de primeiras letras à escola primária.....	43
3	ESCOLARIZAÇÃO PRIMÁRIA EM PIRACICABA.....	46
3.1	O panorama instrucional de Piracicaba no final do século XIX com a instalação de duas escolas confessionais – Colégio Piracicabano e Colégio Assunção.....	52
4	A FIGURA DO PROFESSOR NO CONTEXTO PIRACICABANO.....	54
4.1	Ser professor no século XIX.....	54
4.1.1	A moralidade docente.....	55
4.2	Ser Professor em Piracicaba.....	56
4.3	Dificuldades no exercício da profissão do magistério.....	59
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	65
	REFERÊNCIAS.....	68
	APÊNDICE - Documentos utilizados na elaboração da dissertação.....	77

1 INTRODUÇÃO

A motivação para a realização dessa pesquisa advém de grande interesse pessoal e acadêmico pela investigação da temática, estimulado, sobretudo, pelo contato com os documentos¹ que forneceram dados sobre o tema (a princípio, as atas e ofícios da Câmara Municipal de Piracicaba/SP e edições do jornal *Gazeta de Piracicaba* e, posteriormente, os documentos localizados no Arquivo Público do Estado de São Paulo). Minha graduação em Ciências Sociais sempre me aproximou dos estudos historiográficos e quando tive a oportunidade de me voltar para a investigação desse objeto de pesquisa, decidi acolher a proposta apresentada por minha orientadora, de reformulação do meu projeto de mestrado, que inicialmente era sobre o estudo de um Grupo Escolar de Jundiaí/SP. Então dediquei-me a investigar as contribuições de Piracicaba no cenário educacional paulista, particularmente no tocante às suas escolas públicas primárias (provinciais/estaduais), seus professores/as, alunos e a configuração de sua cultura escolar.

Desse modo, o enfoque dessa pesquisa se direciona para as escolas públicas primárias em Piracicaba, município do interior de São Paulo, entre Império e República, mais precisamente dentro do recorte temporal de 1857 a 1897. O recorte temporal proposto tem início em 1857, em razão das datas localizadas nos documentos utilizados como fonte dessa pesquisa, e vai até 1897, pois esse é o ano em que foi inaugurado o primeiro grupo escolar no município – instituição escolar emblemática do regime republicano (SOUZA, 1998), com características e dinâmicas de funcionamento totalmente distintas daquelas de uma escola pública primária do período imperial. Apesar disso, convém esclarecer que as escolas isoladas continuaram a existir em Piracicaba. Destaca-se que, para fins de uma ilustração mais acurada do contexto histórico, por vezes retrocedemos um pouco no recorte temporal, devido à importância de se considerar a legislação pertinente à temática educacional, que possibilita conferir um norte na compreensão da construção desse cenário do século XIX, de modo que possamos chegar mais bem situados ao período proposto.

¹ A maior parte dos documentos digitalizados, acima referidos, a saber, as atas e ofícios da Câmara Municipal de Piracicaba e o jornal *Gazeta de Piracicaba*, foi catalogada e cedida pela pesquisadora Carolina Martin – à época, doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Metodista de Piracicaba (defendeu sua tese em março de 2020) e membro do Núcleo de Estudo e Pesquisa em História e Filosofia da Educação da UNIMEP.

São questões norteadoras deste trabalho: Quais eram as escolas públicas primárias de Piracicaba nesse período e onde se localizavam? Quem eram seus professores/as? Quais elementos eles poderiam revelar acerca da cultura escolar piracicabana?

Frente a esses questionamentos, delineou-se como objetivo geral compreender as formas pelas quais se estabeleceu a escolarização pública primária em Piracicaba, ao analisar a figura do/a professor/a – agente fundamental no processo de escolarização. Como objetivos específicos, dentro da relação entre município e estado/província², buscamos identificar o tempo e o espaço dessas escolas e compreender alguns elementos constitutivos de sua cultura escolar, também a partir da figura do/a professor/a.

A relevância da pesquisa sobre a escolarização primária pública em Piracicaba, no recorte proposto, apresenta-se em virtude da existência de poucos estudos sobre essa temática, no período anterior à escola primária graduada neste município, uma vez que as buscas realizadas no banco de teses da Capes e na plataforma *Scielo* mostraram que há poucos trabalhos voltados para essa questão. Há trabalhos que se voltam para a atuação dos metodistas e/ou católicos no cenário educacional local da época; outros ocupam-se de variados aspectos deste tipo de escola no contexto brasileiro (GALLEGO, 2008; HILSDORF, 2017; GONDRA; SCHUELER, 2008).

Foram utilizadas nas buscas as palavras-chave “escolas primárias”, “Piracicaba” e “século XIX”. Dentro do Banco de Teses da Capes, utilizou-se como filtro: Grande Área Conhecimento: Ciências Humanas; Área Conhecimento: Educação e História. Ademais, essa pesquisa tem a intenção de apresentar a contribuição fornecida por esse município para o desenvolvimento da educação no estado de São Paulo, uma vez que, segundo Vieira, Nery e Aguiar (2015), no início do século XX, Piracicaba despontava como o segundo município paulista em matéria de educação, ficando atrás apenas do município de São Paulo. Para além do fornecimento de dados que possam confirmar a estatística escolar piracicabana, existe a intenção de contribuir para a compreensão desse fenômeno. Desse modo, essa pesquisa também se justifica no que se refere ao registro de parte da história da educação paulista, resgatada por meio de documentos oficiais e periódicos da época, bem como de textos memorialísticos.

No que concerne à contextualização da localidade proposta, são utilizadas as contribuições de Elias Neto (2000), Bragança (2008), Perecin (2009), Pires (2009), Torres

² No período imperial o Brasil era dividido territorial e administrativamente em províncias e com a implantação da República passa a ser dividido em estados.

(2009) e Vieira, Nery e Aguiar (2015). Nessa pesquisa histórica do cenário piracicabano, também é abordada a influência do pensamento republicano no desenvolvimento da escolarização no município, visto que Piracicaba foi um local onde a presença republicana foi expressiva, mesmo durante o período monárquico. O município foi considerado um efetivo berço do movimento republicano no país, onde atuaram, segundo Perecin (2009), de maneira substancial na esfera política, os Moraes Barros.

Autores como Reis Filho (1995), Gallego (2008), Souza (1998; 2009), Faria Filho (2016; 2014), Hilsdorf (2017) e Giglio (2011; 2017) nos fornecem elementos para contextualizar o cenário da instrução pública no período em pauta. Tais teóricos nos situam acerca da escolarização primária paulista do século XIX. Esse referencial teórico possibilita desvendar a inserção de Piracicaba nesse complexo e dinâmico contexto de transformações educacionais que, coincidentemente, permeiam a passagem do Império para a República.

Diante desse cenário, utilizamos como abordagem de análise o conceito de Cultura Escolar, a partir de uma perspectiva etno-histórica, que possibilita a apreensão da cultura empírica peculiar ao cenário piracicabano (ESCOLANO, 2017). Por meio dessa interpretação analítica, os indícios da materialidade, dos costumes e das práticas escolares daquele tempo e espaço, localizados mediante análise das fontes documentais, tornam-se reveladores dos elementos constitutivos dessa cultura escolar que buscamos desvendar. Para adentrar essa esfera, utilizam-se nesta pesquisa como aporte teórico as contribuições de Forquin (1993), Julia (2001), Souza (1998; 2009) e Escolano (2017).

A fim de tratar da questão da escolarização primária no século XIX, no período proposto, alguns elementos nos permitem melhor apreensão desse cenário. São eles: a legislação que versa sobre o funcionamento dessas escolas; os métodos de ensino utilizados; a figura do professor/a de escola pública primária; o modo como tais escolas eram administradas e fiscalizadas; as possibilidades de formação docente da época; e a influência recebida de modelos educacionais estrangeiros.

Cabe salientar que, aqui se busca ultrapassar as barreiras conceituais de uma rígida divisão temporal entre Império e República, ao considerarmos a escolarização primária piracicabana para além de um enquadramento neste ou naquele regime político. Porque as contribuições históricas do período imperial foram necessárias a uma nova configuração educacional, constituída na República, na figura dos Grupos Escolares – as escolas primárias graduadas. Vale ressaltar que, já existia uma preocupação com as questões educacionais no curso do século XIX – expressa nos discursos liberais de professores, intelectuais e políticos, que se debruçavam sobre a causa, defendendo-a em jornais e espaços de atuação política. É o

caso de figuras como Rui Barbosa, Arthur Breves e Diogo de Mendonça Pinto. Autores como Dias (2008), por exemplo, apontam que se tornou comum a divulgação de

[...] uma visão de apagamento das iniciativas educacionais do Império – período muitas vezes interpretado como uma época de grande vazio em termos de iniciativas educacionais – e de exaltação dos empreendimentos republicanos enquanto feitos exemplares e modelos a serem seguidos (DIAS, 2008, p. 76).

Assim, creditar à República todos os méritos da instrução primária, como por exemplo, dar visibilidade apenas à grandiosidade dos Grupos Escolares – escola primária graduada, majoritariamente urbana, com racionalidade administrativa e pedagógica – seria descartar um legado importante que o regime político anterior construiu, ainda que dentro de consideráveis limites – incansavelmente registrados nos relatórios do Inspetor Geral da Instrução Pública – Diogo de Mendonça Pinto³. Limites esses relativos às questões de abrangência territorial, à falta de recursos financeiros, insuficiente vontade política, falta de estrutura adequada (prédios, materiais, mobiliário etc.) e de qualificação docente.

Mesmo porque, ainda no que se refere aos Grupos Escolares, eles tiveram considerável expressividade no Estado de São Paulo, todavia, segundo Vidal (2005) isso não foi uma constante no país, a autora explicita que “Se em São Paulo a escola graduada assumiu a representação hegemônica de ensino preliminar; no Rio de Janeiro, a presença dos grupos escolares era escassamente referida na documentação e praticamente inexistente na historiografia educacional (p. 13)”. De sorte que, consideramos importante ampliar o olhar a respeito do legado educacional proveniente do período imperial.

É utilizada nessa pesquisa a História Cultural, notadamente, a Cultura Escolar, como referencial teórico norteador. A perspectiva da Cultura Escolar nos auxilia na compreensão da dinâmica de funcionamento e contexto em que estavam inseridas as escolas públicas primárias de Piracicaba, naquele determinado tempo e espaço. Quando nos propomos a identificar tais escolas, que à época eram também referidas nos documentos e periódicos consultados como “cadeiras”⁴, elementos como seus professores/as, sua localização, seu público-alvo, as condições de sua criação, sua estrutura material e mesmo o tempo de permanência dos docentes numa mesma cadeira, podem ser reveladores de uma cultura escolar peculiar. Forquin (1993), ao tratar da Cultura Escolar, aponta que:

³ Diogo de Mendonça Pinto foi Inspetor Geral da Instrução Pública na Província de São Paulo, no período de 1851 a 1872. Ver Giglio (2017, p. 82).

⁴ Ver Giglio (2011, p. 115).

É necessário reconhecer, com efeito, que esta ordem humana da cultura **não existe em lugar nenhum como um tecido uniforme e imutável, mas que ela se especifica**, ao contrário, numa diversidade de aparências e de formas segundo os avatares da história e **as divisões da geografia**, que ela varia de uma sociedade a outra e **de um grupo a outro no interior de uma mesma sociedade**, que ela não se impõe jamais de forma certa, incontestável e idêntica para todos os indivíduos, que ela está submetida aos acasos das “relações de força simbólicas” e a eternos conflitos de interpretação, que ela é imperfeita, lacunar, ambígua nas suas mensagens, inconstante nas suas prescrições normativas, irregular nas suas formas, vulnerável nos seus modos de transmissão e perpetuação (FORQUIN, 1993, p. 14-15, grifos nossos).

Esses elementos acima apontados nos remetem a considerar as peculiaridades da cultura escolar das escolas públicas primárias piracicabanais, inseridas em um cenário permeado por ideias republicanas e momento histórico em que não havia ainda organicidade no ensino – este não era uniformizado e apropriadamente supervisionado, dada a existência das distâncias geográficas, das dificuldades de comunicação, dos interesses ou desinteresses políticos envolvidos no desenvolvimento dos assuntos da instrução pública.

A partir dessa perspectiva, é possível considerar a pluralidade de aspectos da cultura escolar dessas escolas, dado que o distanciamento geográfico que umas guardavam das outras poderia ser fator implicante nas formas próprias de constituição de suas práticas, ritos, comportamentos, do perfil de seus alunos, assim como da atuação e postura de seus professores/as. Nesse sentido, uma vez que são consultadas fontes documentais que nos trazem aspectos da cultura material presente no cotidiano daquelas escolas, trabalhamos com o que Escolano (2017) vem a chamar “cultura empírica” da escola.

A cultura empírica da escola se referiria ao âmbito da experiência e se constituiria no conjunto de ações que os docentes criaram ou adaptaram para regular o ensino e a aprendizagem. Essa cultura se reflete não apenas nas condutas dos sujeitos – que a historiografia pode reconstruir, em parte, mediante diversos documentos e testemunhos –, mas também no equipamento ergológico, que configura a chamada cultura material da escola. Os objetos materiais, integrados nas estratégias empíricas do trabalho escolar de alunos e professores, são um reflexo funcional e simbólico das formas de entender e governar a prática (ESCOLANO, 2017, p. 120).

Nesse sentido, a partir das fontes documentais localizadas e eleitas para esta pesquisa, é possível mobilizar o conceito de Cultura Escolar para compreender, ainda que parcialmente, o funcionamento dessas escolas públicas primárias. Os documentos consultados na elaboração dessa dissertação nos trazem elementos que permitem uma reconstrução do cenário escolar dentro daquele espaço geográfico e político, incluindo as práticas em voga. Pois, como pondera Bloch (2001), “O historiador, por definição, está na impossibilidade de ele próprio constatar os fatos que estuda. [...] Estamos, a esse respeito, na situação do investigador que se esforça para reconstruir um crime ao qual não assistiu [...]” (p. 69). De sorte que a reconstrução feita nesta

pesquisa se dá por meio de vestígios localizados nesse *corpus* documental. Cabe destacar nesse percurso, a expressiva contribuição fornecida pela catalogação de notícias do jornal *Gazeta de Piracicaba*, elaborada e cedida por Carolina Martin, pesquisadora do Programa de Pós-Graduação da Universidade Metodista de Piracicaba.

Durante a pesquisa, o trato com as fontes documentais manuscritas apresentou grandes percalços à análise. A grafia por vezes dificultava o entendimento do conteúdo integral do documento, o que também ocorria devido ao material utilizado para a escrita, pois dependendo da forma com a qual o autor desenhava seu traço no papel, borrões dificultavam a identificação de letras e números, o que em certas circunstâncias comprometeu a identificação da informação.

Além das dificuldades de natureza gráfica, outro obstáculo apresentado foi a menção genérica a certos dados, como por exemplo, o que ocorreu com a referência às cadeiras providas pelos professores/as. Em algumas situações elas eram mencionadas apenas como correspondentes a uma determinada localidade (como, por exemplo, “cadeira do Bairro Alto”), em outras, a referência a determinado docente abrangia apenas a informação de que ele/a era professor/a de uma cadeira de primeiras letras daquele município, sem maiores detalhes. Por isso, algumas cadeiras estão descritas de forma genérica, bem como não há maiores informações sobre alguns docentes. Nesse sentido, foi muito importante o cruzamento de informações dessas fontes manuscritas com dados constantes dos periódicos da época, como os jornais *Gazeta de Piracicaba* e *A Província de São Paulo*.

Em relação aos procedimentos metodológicos, também aqui se utiliza a História Cultural, que possibilita a ampliação do leque de fontes a serem analisadas pela historiografia, ao orientar a interrogação dos documentos para além de seu sentido oficial e prescritivo, de forma a promover condições para que novos olhares possam ser lançados sobre questões não tão evidenciadas, bem como sobre sujeitos pouco conhecidos ou mesmo desconhecidos. É nessa perspectiva que utilizamos, por exemplo, textos memorialísticos⁵ como fonte documental, guardando a devida cautela em sua análise e utilização (assim como no que se refere à utilização das demais fontes dessa pesquisa), de modo a extrair fragmentos de um cenário local que muito podem auxiliar na compreensão da conjuntura da época.

Documentos oficiais são utilizados, entretanto, para além de sua natureza de correspondência e reporte formal. Buscamos empreender um diálogo com tais fontes no sentido de interrogá-las para além do que está exposto em suas linhas. Nesse sentido, as teorias de Bloch

⁵ ELIAS NETTO, Cecílio. Almanaque 2000: Memorial de Piracicaba – Século XX. Piracicaba: Editora Unimep, 2000.

(2001), Burke (2008), Julia (2001) e Escolano (2017) fornecem suporte às análises das fontes. Burke (2008) aponta que “[...] os historiadores culturais têm de praticar a crítica das fontes, perguntar por que um dado texto ou imagem veio a existir, e se, por exemplo, seu propósito era convencer o público a realizar alguma ação” (p. 33). Julia (2001) ao mencionar a habilidade de um historiador diante das dificuldades no encontro de fontes ou mesmo no que toca à sua abordagem, utiliza-se da seguinte metáfora: “O historiador sabe fazer flechas com qualquer madeira [...]” (p. 17).

Essas reflexões nos convidam a indagar as possibilidades de trato com as fontes documentais quando estas são escassas, insuficientes, deterioradas ou mesmo ausentes, posto que cada ausência pode revelar múltiplos indícios. Outro aspecto relevante trazido no texto de Julia (2001) é referente à cautela que o pesquisador deve adotar sobretudo com os textos normativos. As intenções, propostas não explícitas e o percurso existente entre uma prescrição e sua correspondente materialização devem ser criteriosamente investigados.

Uma vez que partimos do conceito de cultura empírica, de Escolano (2017), para buscar compreender os elementos constitutivos da cultura escolar das escolas públicas primárias do município de Piracicaba, o conceito de cultura aqui utilizado aproxima-se bastante do olhar antropológico sobre as práticas e a materialidades presentes naquela configuração histórica. Esse autor, ao abordar o resgate da cultura empírica por meio de uma perspectiva etno-histórica, observa:

Vozes e escritas, ícones e objetos não são elementos frios de uma ameaçada e curiosa arqueologia, mas fontes e símbolos de uma cultura que é necessário desvendar, para entender os “silêncios” da memória histórica, o logos que governa a gramática interna do escolar, o intrincado e labiríntico conjunto de dispositivos e rotinas, que se impõem como práticas ordinárias, nessa já secular instituição que é a escola (ESCOLANO, 2017, p. 122-123).

Além das fontes documentais como, por exemplo, ofícios de autoridades e atas da Câmara Municipal de Piracicaba, e os anais da Assembleia Legislativa Provincial de São Paulo, também são utilizados os jornais *Gazeta de Piracicaba* e *A Provincia de São Paulo*, artigos, teses, dissertações e livros. O cruzamento dos dados das fontes, com as informações coletadas em periódicos, complementa, nessa pesquisa, a análise das fontes oficiais. Assim, trata-se de pesquisa histórica, documental e bibliográfica.

Em relação aos documentos localizados no Arquivo Público do Estado de São Paulo, consideramos apropriada a cautela em sua análise, uma vez que criteriosos procedimentos

arquivísticos relativos ao seu arranjo (classificação no âmbito dos arquivos permanentes) e acomodação foram adotados pelos profissionais envolvidos. Conforme descreve Bellotto:

O fundo de arquivo compreende os documentos gerados e/ou recolhidos por uma entidade pública ou privada que são necessários à sua criação, ao seu funcionamento e ao exercício das atividades que justificam sua existência. Por isso, os documentos de uma determinada unidade administrativa não devem ser separados para efeito de organização sob nenhum pretexto. [...] As autorias, a caracterização das tipologias de documentos, a função implícita, os assuntos, as datas (tópica e cronológica) são fornecidos pela operação denominada em arquivística, “descrição de documentos”. Assim, o arquivista poderá, em seus inventários, catálogos e índices, preocupar-se em propiciar aos historiadores os elementos identificadores e rastreadores de informações. Isto porque, não sendo a estrutura e o funcionamento da administração do conhecimento dos profissionais de história, eles necessitam desses instrumentos de pesquisa como mediadores (BELLOTTO, 2004, p. 28-29).

Ainda que Bloch (2001) nos advirta sobre os riscos de erro ou mentira serem encontrados, mesmo nos documentos oficiais, o autor complementa essa ponderação com a observação de que “a deformidade aqui, a supor que exista, pelo menos não foi concebida especialmente em intenção da posteridade” (p. 77). Nesse momento, cabe utilizar como recurso a interrogação dos documentos, e analisar “Acima de tudo, esses indícios que, sem premeditação, o passado deixa cair ao longo de sua estrada [...]” (p. 77).

A estrutura desta pesquisa se divide em três seções. A primeira seção, intitulada “Aprender a ler, escrever e contar entre o Império e a República (1857-1897)”, delinea o contexto do que era ler, escrever e contar naquele período. Para isso, recorreremos à legislação concernente às questões da instrução pública, como analfabetismo, uso de modelos pedagógicos estrangeiros e formação de professores. A segunda seção, “Escolarização primária em Piracicaba”, é voltada à escolarização primária em Piracicaba no recorte temporal proposto. Para tanto, são apresentadas as escolas públicas primárias de Piracicaba – sua localização e inserção naquele espaço com características peculiares – um município do interior paulista, avançado em termos de educação, onde estava presente o pensamento republicano (ELIAS NETTO, 2000). Como a instalação de escolas confessionais ocorre ainda no período deste estudo, nesta seção nos detemos ainda na análise de duas instituições que compuseram o cenário da escolarização primária local. Por fim, a terceira seção, cujo título é “A figura do professor no contexto piracicabano”, trata de alguns aspectos da cultura escolar em Piracicaba, abordados por meio da figura do docente, ao trazer à tona quem eram esses personagens do magistério, que perfil deveriam apresentar para o exercício da profissão, qual era sua formação e que dificuldades encontravam no exercício de sua função, com base nos elementos trazidos pelas fontes utilizadas nessa pesquisa.

2 APRENDER A LER, ESCREVER E CONTAR ENTRE O IMPÉRIO E A REPÚBLICA (1857-1897)

Nessa primeira parte do texto procuramos compreender os sentidos e significados da escolarização primária no recorte temporal proposto (1857-1897), ao entrecruzar o local – Piracicaba – com o regional – província/estado de São Paulo – e o nacional. Partindo do local buscaremos descrever Piracicaba e suas peculiaridades, ao resgatar sua fundação e seu cenário político e educacional. Para subsidiar a compreensão desse cenário, recorreremos a uma apresentação da legislação educacional da época, nesse ponto buscamos analisar a legislação educacional provincial/estadual e nacional para compreender o papel do município em termos de oferta da escolarização para a infância.

Para tanto, também nos apoiamos em pesquisas do campo educacional, para compreender o que foi este período da História da Educação Brasileira. Tratamos da escolarização primária no século XIX, de modo geral, e a formação de professores/as é trazida nesta seção por ser um assunto diretamente vinculado à inserção dos docentes nas cadeiras públicas. O problema do analfabetismo, que é uma realidade no período em pauta, é também abordado. E, por fim, após a descrição desse panorama educacional, aponta-se a configuração das escolas públicas primárias do município de Piracicaba.

Iniciamos, assim, com a descrição do cenário piracicabano da segunda metade do século XIX, que fora marcado por processos muito dinâmicos. O quadro educacional do país sofrera diversas alterações nesse período e, por conseguinte, isso também afetara Piracicaba.

Cabe ressaltar que o século XIX presenciou a configuração dos sistemas nacionais de ensino. Souza (2009), a esse respeito, aponta:

Em que pesem as particularidades nacionais e locais, o processo de universalização da escolarização, configurado a partir da segunda metade do século XIX, apresentou muitos aspectos de abrangência global, entre eles: a obrigatoriedade escolar, a responsabilidade estatal pela educação, a secularização do ensino e da moral, a formação para a cidadania, a educação popular concebida como um projeto de integração ideológica e política, a nação e a pátria como componentes imprescindíveis da cultura escolar (SOUZA, 2009, p. 73).

Nesse sentido, pode-se afirmar que a influência de modelos educacionais europeus e norte-americanos tiveram um papel relevante na condução da instrução pública brasileira. O pensamento liberal Iluminista se fazia presente em meio a uma parcela de políticos e intelectuais

que alimentavam afinidades republicanas⁶ (REIS FILHO, 1995). Ainda conforme a descrição de Souza (2014):

No século XIX, a crença nos benefícios políticos e sociais da educação fomentou a constituição dos sistemas nacionais de ensino e a escolarização em massa. As promessas da educação para a cidadania herdadas do Iluminismo francês fracassaram por toda parte, embora, no entanto, ainda sobrevivam no imaginário social e nas políticas governamentais de nível nacional e internacional (p. 76-77).

A ideia de uma escola laica, obrigatória, gratuita, voltada ao atendimento da demanda existente, com o propósito de criação de uma identidade nacional forte e calcada nos ideais iluministas, levando em conta a qualificação docente, começava a tomar contornos cada vez mais consistentes, o que ficou evidente na legislação que vigorava. Alguns episódios que ilustram essa conjuntura podem aqui ser elencados, como o Manifesto Republicano (1870), a fundação do Partido Republicano Paulista (PRP) na Convenção de Itu (1873), a Abolição da Escravatura (1888) e a Proclamação da República (1889) (REIS FILHO, 1995).

Sobre o pensamento republicano, Perecin (2009), aponta que o político Manoel de Moraes Barros foi, em Piracicaba, o principal ideólogo da República – o chefe republicano local. E o triunfo dos republicanos no município, com a Proclamação da República, em 1889,

[...] promoveu os irmãos Moraes Barros às altas esferas políticas nacionais, abrindo-se oportunidade para o jovem médico Dr. Paulo de Moraes Barros, atuante na Câmara Municipal desde 1891, como o herdeiro político do senador (seu pai [Manoel de Moraes Barros]) e do presidente (seu tio [Prudente de Moraes]), à frente do Partido Republicano Paulista de Piracicaba. Tornou-se a 1ª figura da política local (PERECIN, 2009, p. 38).

Manoel de Moraes Barros (1836-1902), em sua atuação política, além de vereador em Piracicaba, foi também deputado provincial, deputado geral e senador⁷. Fez muitas doações pecuniárias às causas educacionais e empenhou-se por instalar no município, nos anos 1890, instituições escolares emblemáticas, como o Grupo Escolar e a Escola Complementar.

⁶ Ainda que o Iluminismo não tenha servido de inspiração unicamente ao pensamento republicano, mas também a outras vertentes políticas.

⁷ Manoel de Moraes Barros – 01/05/1836 Itu/SP – 20/12/1902 Piracicaba/SP. Formado em direito e fazendeiro. Juiz municipal em Piracicaba/1860-1864; deputado provincial SP/1884-1885; assumiu o governo provisório de Piracicaba/nov. de 1889; deputado da Constituinte da República e deputado no congresso nacional SP/1891-1894; presidente da primeira Câmara legislativa da União após a constituinte. Exerceu em Piracicaba os cargos de: juiz de paz, delegado de polícia, inspetor da instrução pública e membro do Conselho Superior de Instrução Pública. Foi vereador em Piracicaba por diversos mandatos entre os anos 1880 e 1890. Em 1895 eleito senador federal (SP) na vaga de seu irmão, então empossado como presidente da República e permaneceu durante sete anos no senado, até seu falecimento. Disponível em: <https://historia.camarapiracicaba.sp.gov.br/vereador/346-manoel_de_morais_barros>. Acesso em: 24 ago. 2019.

Prudente José de Moraes Barros⁸, conhecido como Prudente de Moraes, o primeiro presidente civil do Brasil (1894-1898), mudou-se para Piracicaba, em 1860, à época, advogado recém-formado, para juntar-se ao irmão Manoel de Moraes Barros. Também foi vereador em Piracicaba, deputado provincial, deputado geral, senador e esteve à frente do Governo Provisório de São Paulo.

Prudente exerceu o governo de São Paulo por 11 meses apenas. O mandato foi breve, porém prolífico. Durante seu curto mandato, editou 93 decretos e três regulamentos. Alguns dos mais importantes decretos desse período foram o de nº 27, de 12 de março de 1890, que reformava a Escola Normal, o de nº 34, que suprimiu a educação religiosa do programa de ensino nas escolas públicas, e o de nº 91, mandando empregar o produto da loteria destinada à construção de uma catedral na construção do edifício da Escola Normal (ALESP, 2004, p. 19).

Como vemos, é evidente a atuação de Prudente de Moraes nas questões educacionais da época. Ele foi o responsável direto pelo convite a Caetano de Campos⁹ para dirigir a Escola Normal da Capital (REIS FILHO, 1995). Paulo de Moraes Barros¹⁰, filho de Manoel de Moraes Barros, médico, foi também, como aponta Perecin na citação supra, o herdeiro político dos Moraes Barros, e começou a atuar na política piracicabana em 1889.

Os três eram conhecidos como a “trindade” da política piracicabana (ELIAS NETTO, 2000). A historiadora Perecin (2009) aponta que os principais nomes envolvidos na atuação política republicana na localidade eram: “os Irmãos Moraes Barros (Manoel e Prudente), Luiz de Queiroz¹¹, Antonio Carlos de Camargo, Dr. Paulo Pinto de Almeida¹² e Martim Bonilha”

⁸ 04/10/1841 Itu/SP – 03/12/1902 Piracicaba/SP. Formado em direito. Vereador em Piracicaba 1876-1879 e nos anos 1880; deputado provincial SP/1878-1879, 1881-1882 e 1888-1889; deputado geral SP/1885-1886; presidente de SP/1889-1900; senador SP/1890-1894; presidente da República/1894-1898. Disponível em: <https://historia.camarapiracicaba.sp.gov.br/vereador/411-prudente_jose_de_moraes_barros>. Acesso em: 23 ago. 2019.

⁹ Antonio Caetano de Campos – 17/05/1844 Rio de Janeiro/RJ – 12/09/1891 São Paulo/SP. Formado em medicina. Além de médico, nos anos 1880 foi professor e em 1889 fez parte do triunvirato do governo provisório de SP, quando ficou responsável pela Escola Normal, nos anos 1890 participou da reforma educacional que deveria trazer os preceitos republicanos. Disponível em: <<http://www.caetanodecampos.com.br/diretores-e-professores-biografias/78/biografia-de-antonio-caetano-de-campos>>. Acesso em: 13 set. 2019.

¹⁰ 16/07/1866 Piracicaba/SP – 16/12/1940 São Paulo/SP. Formado em medicina, industrial e agricultor. Herdeiro político da família Moraes Barros em Piracicaba, foi chefe do Partido Republicano local e deu atenção especial à causa da instrução pública. Como político iniciou em Piracicaba no governo provisório e posteriormente vereador e presidente da câmara municipal em várias legislaturas nos anos 1890 e 1900. Deputado federal SP/1909-1911 e 1927-1929; senador SP/1935-1937; secretário de agricultura de SP/1912-1916; nos anos 1930 ministro da agricultura, ministro do Estado da viação e obras públicas e secretário da fazenda de SP. Disponível em: <https://historia.camarapiracicaba.sp.gov.br/vereador/395-paulo_de_moraes_barros>. Acesso em: 13 set. 2019.

¹¹ Luiz Vicente de Souza Queiroz – 12/06/1849 – 11/06/1898 São Paulo (SP). Filho do Barão de Limeira foi engenheiro agrônomo, fazendeiro, industrial, empreendedor e se dedicava a causas beneficentes. Um dos seus maiores feitos em Piracicaba foi a implantação de uma fábrica de tecidos, usina elétrica que forneceria energia à cidade e o incentivo à criação de uma escola agrícola. Fez parte do governo provisório em Piracicaba no início da República. Disponível em: <<https://www.aprovincia.com.br/memorial-piracicaba/gente-nossa/luiz-de-queiroz-3043/>>. Acesso em: 24 ago. 2020.

¹² 21/03/1856 Piracicaba/SP – 17/03/1905 São Paulo/SP. Engenheiro, médico e empresário. Em Piracicaba foi vereador/1887-1889 e fez parte do governo provisório em 1890. Um dos fundadores do Banco da Indústria e

(PERECIN, 2009, p. 36). Por outro lado, os barões de Rezende¹³, Serra Negra¹⁴ e Piracicamirim¹⁵ eram os nomes envolvidos com o ideário monarquista. O Barão de Rezende chegou a ser nomeado, em 1887, para a presidência do Conselho Municipal de Instrução Pública, como representante do presidente da Província. Entretanto, no dia 30 de novembro daquele mesmo ano, o jornal *Gazeta de Piracicaba* noticiava que o político pedira exoneração¹⁶.

Os Moraes Barros, a partir de suas relações com os missionários protestantes norte-americanos, estabeleceram no município, no ano de 1879, o Colégio Newman para meninas, que embora tivesse vida curta, ensejou a fundação posterior do Colégio Piracicabano (também destinado à educação de meninas), em 13 de setembro de 1881. É interessante notar que, embora o colégio fosse mantido pela Igreja Metodista, corroborava com o discurso republicano na defesa do ensino laico, pois em nenhum momento foi ministrada aulas de religião, inclusive a maioria das alunas eram de famílias católicas. Elias Netto (2000) chega a mencionar um episódio referente à segunda passagem de Dom Pedro II por Piracicaba, em 02 de novembro de 1886, o qual ao se deparar com uma bíblia protestante como livro de juramentos na mesa da presidência da Câmara Municipal registra sua estranheza, uma vez que o Império era católico.

A fundação de Piracicaba¹⁷ remonta ao século XVIII. Seu nome, em tupi-guarani, significa “lugar onde o peixe para”. O povoado de Piracicaba, foi fundado à margem do Rio Piracicaba, termo da Vila de Itu, em 1º de agosto de 1767, sob invocação de Nossa Senhora dos Prazeres. Em 1774, a povoação constituiu-se em Freguesia de Piracicaba. No ano de 1784, Piracicaba foi transferida da margem direita para a margem esquerda do rio, onde, segundo as fontes, os terrenos eram melhores. Aliás, o fértil solo piracicabano propiciou o desenvolvimento

Comércio de Piracicaba. Disponível em: <https://historia.camarapiracicaba.sp.gov.br/vereador/398-paulo_pinto_de_almeida>. Acesso em: 24 ago. 2019.

¹³ Estevão Ribeiro de Souza Rezende – 19/08/1840 Rio de Janeiro/RJ – 11/08/1909 Piracicaba/SP. Várias gerações de sua família foram ligadas aos reis de Portugal e D. Pedro II era seu padrinho de batismo. Fazendeiro e empreendedor, construiu o Engenho Central de Piracicaba e atuava em causas beneficentes. Foi chefe do Partido Conservador de Piracicaba e vereador nas legislaturas de 1873-1876, 1877-1880 e 1887-1889 e também após a Proclamação da República; deputado provincial SP em cinco legislaturas/1871, 1874, 1876, 1878. Disponível em: <https://historia.camara.piracicaba.sp.gov.br/vereador/139-estevao_ribeiro_de_souza_rezende>. Acesso em: 24 ago. 2019.

¹⁴ Francisco José da Conceição – 1822 Piracicaba/SP – 02/10/1900 Rio das Pedras/SP. Comerciante, fazendeiro e atuava nas causas beneficentes e desenvolvimento de Piracicaba. Foi um dos homens mais ricos da província de São Paulo. Chefe do Partido Liberal de Piracicaba e manteve-se monarquista mesmo após a proclamação de República. Disponível em: <<https://www.aprovincia.com.br/memorial-piracicaba/almanaque/quem-era-o-barao-de-serra-negra-24825/>>. Acesso em: 24 ago. 2019.

¹⁵ Antonio de Barros Ferraz – 09/05/1819 – 09/05/1886 Piracicaba/SP. Formado em direito, fazendeiro e comerciante. Pertencia ao Partido Liberal de Piracicaba, onde exerceu os cargos de delegado de polícia, juiz de paz, juiz municipal de órfãos e vereador na época do Império. Disponível em: <https://historia.camarapiracicaba.sp.gov.br/vereador/43-antonio_de_barros_ferraz>. Acesso em: 24 ago. 2019.

¹⁶ INSTRUÇÃO PÚBLICA. *Gazeta de Piracicaba*, Piracicaba, Noticiário, p. 2, 13 set. 1887.

CONSELHO DE INSTRUÇÃO. *Gazeta de Piracicaba*, Piracicaba, Noticiário, p. 2, 30 nov. 1887.

¹⁷ Sobre a fundação de Piracicaba ver Bragança (2008) e Torres (2009).

se incorporado efetivamente aos usos e costumes e, na referida petição, aludia-se a equívocos envolvendo os dois nomes “Piracicaba” e “Constituição”, inclusive reportados em documentos oficiais¹⁹ (BRAGANÇA, 2008).

Por mais de dois séculos, a “*Noiva da Colina*” (PERECIN, 2009), um dos nomes pelos quais a cidade também era conhecida, assim como “pérola dos paulistas” (ELIAS NETTO, 2000), esteve ligada à cultura da cana de açúcar e do café, e seu envolvimento com as questões educacionais fez-se patente na virada do século XIX para o século XX, com destaque à posição desse município no que se refere às contribuições para a educação. Ela chegou a ser referida como *Ateneu Paulista*²⁰ em 1911.

Segundo Vieira, Nery e Aguiar (2015), no início do século XX, Piracicaba já despontava como o segundo município paulista em matéria de educação, pois ficava atrás, proporcionalmente, apenas do município de São Paulo. Sobre isso, se levarmos em conta que à época grande parte da população (tanto urbana quanto rural) era analfabeta, trata-se de fato de uma classificação notável para o município. A título de comparação, Jundiaí, por exemplo, localidade cuja povoação se deu em 1615, tornando-se vila em 1655, e tendo sido elevada à categoria de cidade em 1865 (VINAGRE, 2009), isto é, cuja constituição teve início quase dois séculos antes de Piracicaba, não chegara a figurar como referência emblemática da educação no cenário paulista naquele momento. Outro exemplo comparativo é o que se pode extrair dos anais da Assembleia Provincial de São Paulo²¹, na sessão de 19 de maio de 1869, quando Prudente de Moraes manifesta-se ao apontar que Campinas, município mais populoso que Piracicaba (esta, à época, ainda denominada Constituição), que estava nesse quesito somente atrás da Capital da província, tinha somente uma escola de primeiras letras, ao passo que Constituição (Piracicaba) já possuía duas.

Assim, Piracicaba, na segunda metade do século XIX, abrigava pensamento republicano efervescente e alinhado, em muitos aspectos, ao protestantismo norte-americano. Na agricultura, o café e a cana de açúcar prosperavam, a urbanização se desenvolvia e a industrialização e o comércio se expandiam com a chegada de imigrantes (ELIAS NETTO, 2000). No que dizia respeito à educação, suas escolas públicas primárias atendiam parcialmente à população de crianças do município (nas áreas urbana e rural).

¹⁹ Doravante, quando utilizarmos o termo “Piracicaba”, nesta dissertação, estaremos nos referindo à localidade que em 1827 era “Vila Nova da Constituição”; que em 1856 tornou-se a cidade denominada “Constituição” e que, somente em 1877 será o município de Piracicaba.

²⁰ A historiadora Marly Terezinha Germano Percin, em seu livro “A Síntese Urbana” (2009), menciona que o italiano Roberto Capri assim se referiu ao município de Piracicaba em 1911, em seu *Libro d’Oro*.

²¹ Anais da Assembleia Provincial de São Paulo, 1869, p. 36. Disponível em: <https://app.al.sp.gov.br/acervohistorico/wp-content/uploads/2019/11/imperio_1869.pdf>. Acesso em 25 maio 2019.

Segundo Pires (2009), a primeira escola pública primária de Piracicaba, para meninos, foi criada em 13 de fevereiro de 1826, quando Piracicaba ainda era uma vila. A autora apresenta ainda que:

De acordo com uma ata de 2 de julho de 1861, havia na cidade três escolas²², sendo uma de latim e duas de instrução primária. Somente em 1872 foi criada uma terceira escola primária, a Escola Mista da Rua do Porto, e para ela foi nomeada a professora Francisca Elisa da Silva, mais conhecida por Francisca de Castro, tendo trabalhado lá durante 27 anos (PIRES, 2009, n.p.).

O que chama a atenção na citação supra é o fato de que a autora utiliza a expressão “escola mista”. O jornal *Gazeta de Piracicaba*, no ano de 1882, também chegou a noticiar que havia no município cinco escolas mistas que totalizavam 286 matrículas²³. Embora a coeducação dos sexos ainda não estivesse prevista em lei no século XIX, visto que as barreiras morais eram então muito estritas, de acordo com Gondra e Schueler (2008), chegaram a ocorrer experiências esparsas de coeducação em algumas províncias do país. Desse modo, de acordo com o que as fontes consultadas apontam, percebemos que Piracicaba já operacionalizava o ensino das crianças ao mesmo tempo e no mesmo espaço para ambos os sexos na escola pública, inserindo-se assim no rol de tais experiências esparsas.

Sobre a criação dessa primeira escola, também há referências no livro de Torres (2009). A autora faz um resgate histórico das primeiras escolas de Piracicaba e transcrevemos abaixo seus apontamentos.

Se em São Paulo, sede da Capitania e, posteriormente, da Província, o ensino era tão precário, nos primeiros anos do século XIX, não se pode esperar grande progresso no setor educacional do interior. Uma Relação de Escolas Régias nos anos que precederam a independência refere-se às seguintes escolas: Itu (1812), Jundiá (1812), São Carlos (1814), Sorocaba (1821), mas nenhuma em Piracicaba. [...] Como Freguesia, Piracicaba não teve escola. A primeira escola de Vila Nova da Constituição foi criada a 13 de fevereiro de 1826, e, a 22 de abril a Câmara Municipal enviava à Presidência da Província a indicação de Manoel Morato de Carvalho por *nelle se axar os Requisitos necesarios para o fim desejado*, pois o primeiro indicado, Joaquim Floriano Leite não tinha sido nomeado (TORRES, 2009, p. 139-140).

De acordo com um ofício localizado no Arquivo Público do Estado de São Paulo, referente à Instrução Pública²⁴, e também segundo Torres (2009), foi possível identificar que o

²² O número de escolas variava bastante em função das condições de cada período. Daí possivelmente as diferenças entre o relato de Prudente de Moraes, linhas acima citado, e estes apresentados por Pires (2009).

²³ FREQUENCIA NAS ESCOLAS. *Gazeta de Piracicaba*, Piracicaba, Notícias, p. 2, 27 ago. 1882.

²⁴ SÃO PAULO (Província). Ofício de José Joaquim Rodrigues Lopes – Inspetor de Distrito. 18 jun. 1857. Arquivo Público do Estado de São Paulo: Caixa C05084 - Instrução Pública de Piracicaba.

Professor Bento Barreto do Amaral Gurgel foi docente da Cadeira de Gramática Latina e Francesa. Ele entrou em exercício no início de junho de 1829. Segundo Torres (2009), “Em 1855, Vila Nova da Constituição devia ter, no mínimo uma Escola de Francês e Latim, de nível secundário, e uma de Primeiras Letras (primário), pois seus professores requereram atestados para receber seus vencimentos” (TORRES, 2009, p. 146-147). Sobre essa Cadeira de Gramática Latina e Francesa, há indícios de que eram Aulas Públicas - assim chamadas após 1822, sendo antes disso chamadas Aulas Régias. Segundo Gondra e Schueler (2008), as Aulas Régias foram estabelecidas por meio do Alvará Régio, de 28 de junho de 1759, que criou as aulas de gramática latina, retórica e grego. Tais aulas foram estabelecidas quando das Reformas Pombalinas e perduraram até 1822. Após a Independência, as Aulas Régias transformaram-se em Aulas Públicas, e foram divididas em dois níveis – primário e secundário.

Sobre a criação da primeira escola feminina, isso ocorreu em 1845. “Nessa época, a única escola da Vila funcionava em uma sala da Casa da Câmara e da Cadeia. Em época de sessões de júri as aulas eram suspensas” (TORRES, 2009, p.144). A mesma autora destaca que, se por um lado, havia descaso por parte das autoridades acerca da criação de escolas primárias para meninas, o mesmo não se dava com os imigrantes alemães, pois foi encontrado um documento datado de 1863 que mostra que a Professora Hermelinda Rosa de Toledo solicitava atestado de frequência referente às aulas por ela ministradas.

Como apontado anteriormente, tanto na Província de São Paulo, quanto no município de Piracicaba, a Instrução Pública passou por muitas reestruturações e sofreu reflexos das diretrizes ou delegações de ordem superior. Aliás, a dinamicidade constatada no decurso dos processos educacionais no Brasil e em São Paulo, demonstra a inescapabilidade das transformações.

Muitas dessas transformações vieram com determinações constantes da legislação. Dentre os elementos que podem exemplificar isso, temos a legislação que estabelece a criação de escolas e a obrigatoriedade do ensino. A seguir, elencamos algumas dessas leis que tiveram grande impacto nos assuntos educacionais.

2.1 Legislação educacional entre Império e República: alguns destaques

Damos início à apresentação da legislação referente à educação, a começar pelos anos 1820, mais precisamente, pela Assembleia Constituinte de 1823, na qual figurava uma preocupação com assuntos da instrução pública. Segundo Hilsdorf (2017) o governo que foi constituído logo após a Independência do Brasil, composto por membros do partido moderado (homens que vinham da aristocracia rural), possuía traços de um liberalismo moderado, isso

significa que havia um alinhamento com os princípios liberais voltados à manutenção dos direitos individuais, como posse de terras e de escravos, a defesa de uma Igreja oficial e o voto censitário indireto. Desse modo, a estrutura econômica e social do país não sofreu impacto com a alteração de sua situação político-jurídica. A autora, com base na historiografia, identifica o período de 1820 a 1830 como “o primeiro liberalismo”.

A Assembleia Constituinte de 1823²⁵ chegou a debater assuntos educacionais. Foi então criada a Comissão de Instrução Pública e um projeto sobre criação de duas universidades (em São Paulo/SP e em Olinda/PE) foi apresentado e discutido em seis sessões. Contudo, houve a dissolução desta Assembleia pelo Imperador Dom Pedro I, em 12 de novembro daquele ano, o que inviabilizou a votação desse projeto.

Para Hilsdorf (2017), a Constituição de 1824 era liberal, porém não democrática. Uma vez que garantia direitos civis apenas a uma parcela da população. A Constituinte, por sua vez, ainda que tenha sido dissolvida, acabou, de certo modo, tendo reflexos sobre a Carta outorgada de 1824. Pois esta, em seu Artigo 32, apresentava a gratuidade da instrução pública primária “a todos os Cidadãos”. Cidadãos²⁶, nesta mesma Constituição, eram descritos, em seu artigo 6º como:

- I. Os que no Brazil tiverem nascido, quer sejam ingenuos, ou libertos, ainda que o pai seja estrangeiro, uma vez que este não resida por serviço de sua Nação.
- II. Os filhos de pai Brasileiro, e os illegitimos de mãe Brasileira, nascidos em paiz estrangeiro, que vierem estabelecer domicilio no Imperio.
- III. Os filhos de pai Brasileiro, que estivesse em paiz estrangeiro em serviço do Imperio, embora elles não venham estabelecer domicilio no Brazil.
- IV. Todos os nascidos em Portugal, e suas Possessões, que sendo já residentes no Brazil na época, em que se proclamou a Independencia nas Provincias, onde habitavam, adheriram á esta expressa, ou tacitamente pela continuação da sua residencia.
- V. Os estrangeiros naturalizados, qualquer que seja a sua Religião. A Lei determinará as qualidades precisas, para se obter Carta de naturalização²⁷ (BRASIL, 1824).

Segundo Gonçalves Neto (2012, p. 25), “o período áureo de autonomia dos municípios do Brasil concentra-se nos tempos coloniais”. Pois, Portugal já utilizava essa estrutura administrava e a trouxe para o Brasil. De fato, a Constituição de 1824, em seu Artigo 167 conferia certa autonomia às Câmaras Municipais. Autonomia que será cerceada posteriormente com o Ato Adicional de 1834, conforme veremos mais à frente.

²⁵ Ver Saviani (2014, p. 11-13) e Ferronato (2006).

²⁶ Ver Pinto (2015, p. 5-8).

²⁷ Optou-se por manter no decorrer da dissertação as citações na íntegra, no intuito de preservar o sentido das ideias e apontamentos dos autores e fontes.

A questão da educação escolar popular chegou a ser debatida na primeira legislatura (1826-1827). O deputado liberal-radical Januário Cunha Barbosa propôs, por meio de projeto, a criação de um sistema nacional de educação escolar composto de escolas elementares (chamadas “pedagogias”), secundárias (que seriam os liceus e ginásios) e superiores (referidas como “academias”). O texto da proposta, contudo, não foi pautado para discussão (HILSDORF, 2017).

A primeira lei brasileira para a instrução primária – a chamada Lei Geral de Ensino – foi promulgada em 15 de outubro de 1827 e instituía as escolas de primeiras letras (BRASIL, 1827). Essa lei, em seu Artigo 11º, também abria a possibilidade de criação de escolas para meninas, consubstanciando-se na primeira legislação que traz a menina como aluna, em escolas abertas onde o Presidente do Conselho julgasse necessário. Outro destaque para essa lei é o estabelecimento do método mútuo de ensino nas localidades mais populosas, de modo a replicar as práticas que se operavam “nos países de governos liberais e mentalidade filantrópica” (HILSDORF, 2017, p. 44).

Em 1º de outubro de 1828, a Primeira Lei Orgânica dos Municípios normatizava a submissão das câmaras municipais a outros poderes, limitando assim a sua liberdade de atuação. Ao mesmo tempo, tal lei impunha às edilidades a responsabilidade pela inspeção das escolas de primeiras letras, assim como lhes incumbia prestar auxílio à prosperidade de tais estabelecimentos (BRASIL, 1828).

Alguns anos depois, o Ato Adicional de 12 de agosto de 1834, como uma espécie de resposta ao caráter centralizador da Constituição de 1824, delegava às províncias a responsabilidade pela criação e manutenção das escolas de ensino elementar. Esse mesmo Ato extinguiu os Conselhos Gerais, substituindo-os pelas Assembleias Legislativas Provinciais (BRASIL, 1834). A partir disso, cada província instituiu sua forma de organização dos assuntos educacionais, já que, como aponta Reis Filho (1995) “[...] sem uma diretriz geral que pudesse orientar as províncias no seu labor legislativo sobre o ensino, cada uma procurou ajustar às possibilidades regionais a organização escolar” (p. 131). Esse princípio da diferenciação regional também pode ser aplicado, em menor escala, às particularidades locais de cada município das províncias.

Todavia, Araújo (2013) observa que, se por um lado as províncias conseguiram certa autonomia, por outro lado os municípios tiveram suas liberdades ainda mais cerceadas, uma vez que estavam a partir daí subordinados concomitantemente ao governo central e às províncias. Além disso, o governo da educação lhe fora subtraído, conforme apontado por Gonçalves Neto (2012). Como as províncias não conseguiam executar plenamente suas funções

no âmbito educacional, precisavam recorrer ao auxílio dos municípios no cumprimento desses deveres.

No ano de 1851, por meio do Regulamento da Província de São Paulo, de 08 de novembro, foi organizada a Inspeção Geral da Instrução Pública, assim como as Inspetorias de Distrito, conforme aponta Giglio (2017). No caso da Província de São Paulo, o Inspetor Geral da Instrução Pública nomeado foi Diogo de Mendonça Pinto – figura que atuou por mais de duas décadas no cargo, foi ele o destinatário de grande parte das correspondências localizadas no conjunto de documentos do Arquivo Público do Estado de São Paulo utilizado nessa pesquisa.

Em 17 de fevereiro de 1854, foi baixado o Decreto nº 1.331-A (BRASIL, 1854), aprovando o Regulamento para a Reforma do Ensino Primário e Secundário do Município da Corte – trata-se da reforma conhecida como Reforma Couto Ferraz²⁸, que levou o nome do então ministro do Império Luiz Pedreira do Couto Ferraz – político de postura conciliadora. Essa Reforma tratava, por exemplo, da instrução primária, da formação docente e da inspeção das escolas primárias e secundárias públicas e particulares na Capital do Império. Possuía viés centralizador, uma vez que à figura do inspetor geral deveriam reportar-se os delegados dos distritos. Nela podem ser encontradas diversas alusões à postura moral exigida dos/as professores/as. Segundo Monarcha (2016), tal dispositivo pode ser considerado, além de minucioso e centralizador, bastante inovador, ao estabelecer a obrigatoriedade do ensino primário. Pode-se, por fim, afirmar que tal decreto serviu de parâmetro para regulamentar a instrução pública das províncias.

No ano de 1874, foi promulgada a Lei Provincial n.º 9, de 22 de março. Essa lei, entre outras coisas, estabeleceu o ensino primário obrigatório para meninos de 7 a 14 anos e para meninas, de 7 a 11 anos. Tal dispositivo também criou os Conselhos Municipais de Instrução, conforme descrito no Artigo 3º:

Fica creado em cada Municipio, onde fôr obrigatoria a instrucção primaria, um – Conselho de Instrucção- composto do inspector do Districto, Presidente da Camara Municipal e um cidadão nomeado pelo Presidente da Provincia, que tambem designara seu substituto (SÃO PAULO (Província), 1874).

Esse Conselho teria como incumbência, conforme disposto do Artigo 4º, parágrafo 6º, “Inspeccionar, por meio de seus membros, as aulas das escolas publicas e presidir nos exames

²⁸ Sobre essa Reforma, maiores informações podem ser localizadas no capítulo “O Legado Educacional do “Breve Século XIX” Brasileiro”, de Dermeval Saviani (2014).

finaes” (SÃO PAULO (Província), 1874). Seriam assim, responsáveis pela fiscalização da instrução pública em seus municípios, devendo inclusive proceder à aplicação de multas, quando a situação assim o exigisse. Cabe aqui uma indagação acerca da efetividade da aplicação dessa fiscalização no cotidiano escolar. Essa fiscalização, de fato, ocorria? Ou seriam tais conselhos apenas constituídos para atendimento da formalidade imposta? A questão da aplicação de multas, por exemplo, não pôde ser identificada na parcela de documentos que nos propusemos a analisar nessa pesquisa. Segundo as fontes consultadas, à essa época Piracicaba ainda não havia constituído seu Conselho Municipal para tratamento de assuntos da Instrução Pública.

Sobre o ensino obrigatório constante dessa Lei, promulgada em 1874, cabe observar que era uma questão defendida pelos republicanos – assim como o ensino laico – por meio do partido (PRP) fundado um ano antes, em 1873, na Convenção de Itu (REIS FILHO, 1995). Segundo Souza (1998), o projeto liberal dos republicanos paulistas via na educação uma estratégia de luta e um campo de ação política – um meio substancial de transformação da sociedade brasileira, que seria preciso enquadrar em novos moldes – moldes de civilização e modernidade.

Em 1879, foi publicado o Decreto n.º 7.247, de 19 de abril (BRASIL, 1879), o qual estabeleceu a “Reforma do Ensino Primário e Secundário do Município da Corte e o Superior em todo o Império”. Essa Reforma ficou conhecida como a Reforma Leôncio de Carvalho²⁹ – ocorrida ainda dentro do período imperial. Esse dispositivo, que trazia consigo elementos da Reforma Couto Ferraz, influenciou, por exemplo, a adoção do método intuitivo³⁰ de ensino (dado constante na descrição dos programas de ensino prescritos para a Escola Normal – Artigo 9º – e para as escolas primárias da Corte – Artigo 4º) e tratou da implantação das escolas normais, criação de museus e bibliotecas escolares, alfabetização de adultos, entre outros elementos.

Em 06 de abril de 1887, foi promulgada a Lei n.º 81, lei provincial paulista que versava, entre outras coisas, sobre a criação dos Conselhos Municipais de Instrução Pública, compostos por três membros, dois deles eleitos pelas Câmaras Municipais, por maioria de votos, e um

²⁹ Sobre essa Reforma, maiores informações podem ser localizadas no capítulo “O Legado Educacional do Breve Século XIX” Brasileiro”, de Dermeval Saviani (2014).

³⁰ Também conhecido como *lições de coisas*, por meio desse método, eram deixadas para trás as lições baseadas em repetições e no mero decorar de informações para que ganhasse espaço a aprendizagem infantil por meio dos sentidos. Tal método foi muito defendido por Rui Barbosa, que inclusive traduziu o livro de Norman Allison Calkins, intitulado *Primeiras Lições de Coisas*, publicado em 1861, nos Estados Unidos, e aqui traduzido por Rui Barbosa em 1886 (VALDEMARIN, 2014).

indicado pelo Presidente da Província, aos quais caberia a fiscalização de tais assuntos. Em seu Artigo 13º ficava estabelecido:

Art. 13 - Ao conselho municipal compete:

- 1.º - Inspeccionar todas as instituições de ensino do município.
- 2.º - Abrir, numerar, rubricar e encerrar por um de seus membros os livros de escripturação das escolas publicas.
- 3.º - Autorisar os respectivos professores a expulsar das escolas publicas os alumnos reconhecidamente incorrigiveis.
- 4.º - Determinar a época dos exames geraes nas escolas publicas do municipio e nomear os examinadores.
- 5.º - Dar cumprimento aos actos do conselho superior e director da instrucção.
- 6.º - Dar attestado aos professores para receberem seus vencimentos e abonar-lhes até duas faltas mensalmente por motivo justificavel.
- 7.º - Propor á Assembléa Provincial, por intermedio do director da instrucção publica a criação, supressão e remoção de escotas no municipio.
- 8.º - Organizar o orçamento da receita e despeza com serviço da instrucção no respectivo municipio.
- 9.º - Communicar em tempo á collectoria os pagamentos a fazer das despesas orçadas de conformidade com a lei e as urgentes sob a responsabilidade solidaria de seus membros.
- 10.º - Organizar annualmente, até dois mezes antes da reunião da Assembléa Provincial, um relatorio sobre o estado da instrucção publica no municipio, estado das escolas, suas necessidades, frequencia e adiantamento dos alumnos e todos os mais esclarecimentos a bem da instrucção publica, e dirigi-lo ao director da instrucção publica.
- 11.º - Remetter mensalmente ao director da instrucção publica um mappa contendo o movimento de cada uma das escolas do municipio (SÃO PAULO (Província), 1887).

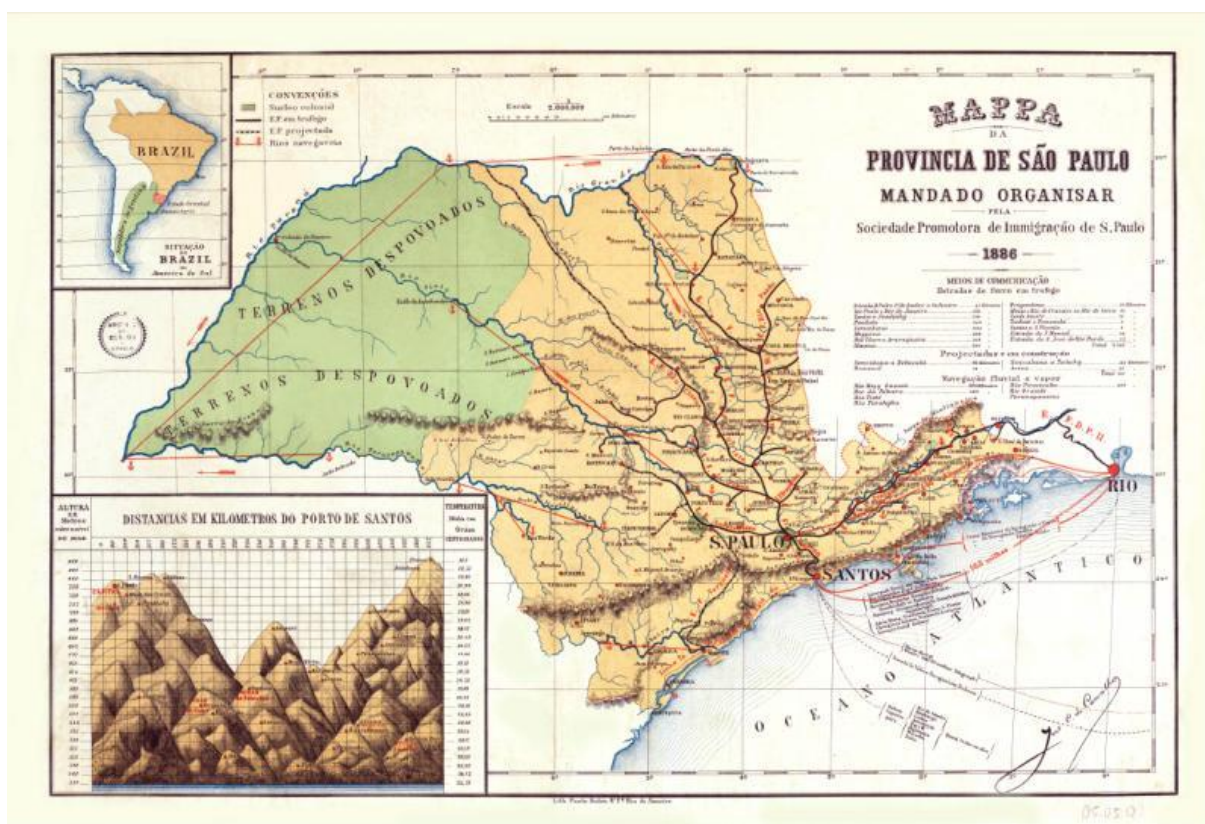
Esse Conselho, proposto pela Lei n.º 81, recebeu funções muito mais detalhadas do que aquele Conselho estabelecido pela Lei Provincial n.º 9, de 22 de março de 1874. O jornal *Gazeta de Piracicaba* noticiou³¹ que no dia 11 de setembro de 1887, um sábado, em sessão da Câmara Municipal haviam sido eleitos os membros do referido Conselho. Os vereadores Carlos de Arruda Botelho³² e Albano Augusto Leitão foram eleitos pela Câmara e o governo provincial nomeou o Barão de Rezende (Estevão Ribeiro de Souza Rezende) como presidente.

O mapa que segue ilustra como se dividia a Província de São Paulo um ano antes da lei provincial acima referida:

³¹ INSTRUCÇÃO PUBLICA. *Gazeta de Piracicaba*, Piracicaba, Noticiario, p. 2, 13 set. 1887.

³² 14/05/1855 Piracicaba/SP - 20/03/1947 São Carlos/SP. Médico, fazendeiro e político. Em 1882, instalou o primeiro hospital particular paulistano “Casa de Saúde Dr. Carlos Botelho”; desde 1884, médico cirurgião na Santa Casa de Misericórdia de São Paulo e primeiro diretor clinico; foi vereador e senador estadual; introdutor da primeira leva de imigrantes japoneses no Brasil; fez o saneamento do porto de Santos; criou o posto Zootécnico Central paulistano e a Fazenda de Seleção de Gado Nacional em Nova Odessa; ficou indissolivelmente ligado à Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz por ter retomado, com empenho, as obras da construção desta, que se achavam paralisadas. Disponível em: <http://historia.camarapiracicaba.sp.gov.br/vereador/106-carlos_jose_de_arruda_botelho>. Acesso em: 25 ago. 2020.

Figura 2 - Mapa da Província de São Paulo – 1886 – “mandado organizar pela Sociedade Promotora de Imigração de S. Paulo”.



Fonte: Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo – Exposição “Cenários: As cidades do interior de São Paulo no começo do século XX”³³.

O advento da República iria provocar uma série de alterações estruturais e legais na instrução pública. Já sob o regime republicano, em 1890 ocorreu a reforma da Escola Normal, também conhecida como Reforma Caetano de Campos – por meio do Decreto n.º 27, de 12 de março de 1890 (SÃO PAULO (Estado), 1890). Dentro do governo provisório do agora estado de São Paulo, presidido por Prudente de Moraes, os expoentes Rangel Pestana³⁴ e Caetano de Campos arquitetaram os fundamentos das reformas pelas quais passaria a Instrução Pública, a começar pela reforma da Escola Normal e das Escolas Modelo. Segundo Reis Filho (1995):

³³ Disponível em: <<https://www.al.sp.gov.br/cenarios/linha-do-tempo/imperio.html>>. Acesso em: 15 mar. 2020.

³⁴ Francisco Rangel Pestana – 26/11/1839 Nova Iguaçu/RJ – 19/03/1903 São Paulo/SP. Formado em Direito e jornalista. Participou do governo provisório/SP; constituinte/1891; senador SP/1891-1893; deputado federal RJ/1899-1902; senador RJ/1902-1903. Disponível em: <<https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/PESTANA,%20Rangel.pdf>>. Acesso em: 13 set. 2020.

Não há dúvida, os republicanos-democratas paulistas dos primeiros meses da República identificam com rigor o passo essencial para a renovação eficiente do ensino: a preparação científica e técnica do professor. [...] Trata-se, portanto, antes de qualquer reforma geral da Instrução Pública, de reformar o programa de estudo da Escola Normal e dar preparo prático aos seus alunos. É do que vai tratar o Decreto de 12 de março de 1890 (REIS FILHO, 1995, p. 51).

Nesse ano, também foi criada a Secretaria de Estado dos Negócios da Instrução Pública, Correios e Telégrafos – por meio do Decreto n.º 346, de 19 de abril de 1890 (BRASIL, 1890), assinado pelo Marechal Deodoro da Fonseca, no âmbito federal, sendo logo após extinto. Foi suprimido o Conselho Superior de Instrução e suas funções passaram ao presidente do estado, ao diretor geral da instrução pública e aos próprios Conselhos Municipais, conforme Decreto n.º 33, de 20 de março de 1890.

No ano de 1891, foi promulgada a Constituição Federal (BRASIL, 1891). Esta assegurava, em seu Art. 72, § 6º, a laicidade do ensino nas escolas públicas. Nesse mesmo ano, foi promulgada a primeira constituição republicana do estado de São Paulo, com data de 14 de julho de 1891. Esta, em seu Art. 59, estabelecia que analfabetos não poderiam alistar-se como eleitores. Ainda em 1891, foi expedido o Decreto n.º 140, de 21 de março, que desvinculava o recebimento dos salários dos/as professores/as à frequência média dos alunos (REIS FILHO, 1995).

No ano de 1892, por meio da Lei n.º 88, de 8 de setembro, foi estabelecida a primeira Reforma da Instrução Pública do Estado de São Paulo (SÃO PAULO (Estado), 1892). Determinava a divisão do ensino primário em curso preliminar e curso complementar (SOUZA, 1998). Essa lei também veio a reestruturar o Conselho Superior de Instrução e criar o cargo de Diretor Geral da Instrução Pública que, ao lado do Secretário do Interior, do Conselho Superior, dos Inspectores de Distrito e das Câmaras Municipais seriam os auxiliares do Presidente do Estado nas questões da Instrução Pública (Decreto n.º 144B, de 30 de dezembro de 1892). Segundo Reis Filho (1995), a Secretaria Geral da Instrução (ao que a legislação indica, era uma repartição da Secretaria do Interior) seria organizada em três seções: a primeira seção referia-se aos assuntos das escolas preliminares e complementares; à segunda seção cabia cuidar das escolas normais, dos ginásios e do ensino superior; e a terceira seção ocupava-se dos assuntos do Conselho Superior, do ensino particular e da estatística escolar do Estado.

Em 1893, foi promulgada, a 7 de agosto, a Lei n.º 169, que estabelecia a criação dos grupos escolares no estado de São Paulo. No ano de 1894, saiu o Decreto n.º 248, de 26 de julho, que aprovava o regimento interno das escolas públicas (SOUZA, 1998). No município de Piracicaba, a instalação do primeiro Grupo Escolar, o Grupo Escolar Barão do Rio Branco³⁵, ocorreu em 13 de maio de 1897 – poucos anos após a lei de criação dessas escolas.

De acordo com Reis Filho (1995), entre os anos de 1890 e 1896 houve intenso esforço de racionalização político-administrativa no governo de São Paulo, o que culminou na organização do ensino público – isso comprovam as reformas implantadas e decretos expedidos supracitados. A própria implantação da escola primária graduada (o Grupo Escolar) é um elemento emblemático dessa racionalização, posto que seus processos didático-pedagógicos e administrativos denotam tais princípios.

A partir do resgate feito nessa parte da dissertação, referente à legislação, pode-se verificar que houve uma evolução no sentido do estabelecimento de direitos à escolarização, com leis que determinavam a criação de escolas e regulavam seu funcionamento, por meio da prescrição de métodos de ensino, programas e postura dos/as professores/as. A fiscalização das escolas também foi uma preocupação exposta nas leis paulistas, com a criação da Inspetoria Geral da Instrução Pública, Inspectores de Distrito São Paulo e Conselhos Municipais de Instrução Pública, voltados à necessidade do controle de frequência e emissão de atestados aos/as professores/as, para que estes pudessem receber seus vencimentos. Fiscalizar era processo necessário no sentido de que fosse assegurada a materialização das prescrições referentes à instrução pública, visto que entre a lei e seu cumprimento, havia espaço para a existência de inércia e mesmo de resistências.

É com base nessa perspectiva de evolução histórica no decorrer do século XIX, demonstrada até aqui por meio da legislação, que passamos à parte seguinte, que abordará o analfabetismo – problema vinculado à demanda por escolarização, uma vez que analfabetos não podiam alistar-se como eleitores.

³⁵ De 1897, data de sua criação, até 1906 era denominado Grupo Escolar de Piracicaba, com uma representação da Câmara Municipal de Piracicaba ao governo do estado de São Paulo, passou, a partir de 1907, a se chamar Grupo Escolar Barão do Rio Branco.

José Maria da Silva Paranhos Júnior/Barão de Rio Branco – 20/04/1845-10/02/1912 Rio de Janeiro/RJ - Foi um respeitado advogado, diplomata, geógrafo, professor, jornalista e historiador brasileiro. Disponível em: <<http://www.funag.gov.br/chdd/index.php/personalidades-historicas?id=132>>. Acesso em: 11 nov. 2020.

2.2 Analfabetismo e demanda por escolarização primária

À época imperial havia, como apontamos anteriormente, um índice considerável de analfabetismo. A escola pública não era para todos, embora assim constasse na Carta de 1824, pois ali destinava-se apenas aos “cidadãos”. Atendia, sim, às crianças, mas era, sobretudo, mais voltada à educação de meninos do que de meninas. Ademais, não chegava nem perto de suprir as demandas que se colocavam. De acordo com Souza (1998), o acesso das meninas à escola primária, por exemplo, foi facilitado pelos Grupos Escolares.

Dado esse contexto, ao resgatarmos a Lei Geral de Ensino, de 1827, que instituía as escolas de primeiras letras, em um momento no qual a oferta de escolas públicas era muito baixa e a instrução não era para todos, com a taxa de analfabetismo que beirava 80% da população³⁶, sendo ainda mais expressiva entre meninas, essa lei ao conferir abertura à possibilidade de criação de escolas para crianças do sexo feminino, pode ser considerada uma medida importante, pois sinaliza uma mudança na forma como o acesso às escolas primárias se dava. Isso também se aplica à iniciativa do Poder Central, posto que este se propunha a ampliar a escolarização primária, ainda que apenas para a restrita parcela de “cidadãos” da época.

Segundo Faria Filho (2016), as elites brasileiras tinham clara a perspectiva de que deveria haver escolarização primária para os pobres. Todavia, essa escolarização não deveria ultrapassar o ensino básico das primeiras letras (ler, escrever, contar e algo de doutrina religiosa – no período imperial), já que não havia relação automática entre a difusão do ensino elementar e a continuidade dos estudos para os mais pobres. O autor se refere a tais condições como “estratégias civilizatórias” do povo brasileiro, que já eram pensadas desde a época imperial.

O jornal *Gazeta de Piracicaba*, de orientação consistentemente republicana nos anos de 1882 a 1897 (ano de criação do periódico até ano em que se enquadra o recorte dessa pesquisa), frequentemente registrava reprimendas em relação ao descaso dos pais que não se empenhavam em manter seus filhos na escola – é o caso da edição de 27 de agosto de 1882, na qual o autor do texto chamava a atenção para o fato de que, dos 286 alunos matriculados nas cinco escolas da cidade (área urbana, pois havia ainda quatro escolas na zona rural), apenas 175 eram frequentes, e se perguntava se todas essas crianças estariam doentes³⁷. O periódico também destacava a relevância da educação de meninas e conclamava a população a prestigiar os exames finais, que após a Proclamação da República eram tratados como eventos de grande cerimônia, inclusive com a presença e participação de autoridades locais. Esse mesmo jornal,

³⁶ Ver Gondra e Schueler (2008, p. 218).

³⁷ FREQUENCIA NAS ESCOLAS PUBLICAS. *Gazeta de Piracicaba*, Piracicaba, Noticiário, p. 2, 27 ago. 1882.

por diversas vezes, cobrou e admoestou as autoridades no tocante à sua inércia sobre as questões educacionais.

Um problema que se apresentava, especialmente no final do século XIX, no que se refere ao analfabetismo, é que os analfabetos não podiam votar. Essa proibição estava expressa no Decreto n.º 3.029, de 09 de janeiro de 1881, conhecido como Lei Saraiva³⁸ (BRASIL, 1881). Com esse princípio de exclusão concordava, por exemplo, Rui Barbosa³⁹ e discordava o político José Bonifácio de Andrada e Silva (o “moço”)⁴⁰. Assunto deveras polêmico, pois a maior parte da população era analfabeta. Ainda assim, o facultamento do voto a essa parcela da população só veio a ocorrer com a Constituição Federal de 1988. Apesar disso, o estigma em relação aos que não sabiam ler e escrever tem perdurado pelo decurso histórico.

Todavia, um acontecimento que, de certo modo, contribuiu para atenuar as estatísticas ligadas às taxas de analfabetismo brasileiro foi a chegada dos imigrantes ao país, sobretudo, nos anos 1880, como alternativa ao trabalho escravo. No caso dos italianos, cujo contingente de imigrantes foi bem expressivo na província de São Paulo, estes começaram a vir para o Brasil já na década de 1870. Imbuídos de valores culturais distintos dos da população brasileira, esses povos, sobretudo os alemães e italianos, dedicaram uma considerável atenção à necessidade de escolarização primária de suas crianças.

Os imigrantes pleiteavam escolas e chegaram mesmo a construí-las em alguns núcleos coloniais da província de São Paulo – as escolas étnicas⁴¹. Segundo Kreutz (2016), “as iniciativas quanto ao processo escolar dos imigrantes foram estimuladas inicialmente por diversos estados pelo fato de não terem condições para oferecer escolas públicas” (p. 354). No caso dos italianos, havia inclusive contribuição financeira do próprio governo da Itália. Em Piracicaba, além dos imigrantes italianos e alemães, havia uma considerável parcela de imigrantes espanhóis e sírio-libaneses (ELIAS NETTO, 2000).

Cabe apontar que, embora a expansão da escolarização primária não fosse prioridade do poder público, as demandas já se colocavam, pois algumas escolas em Piracicaba foram criadas em resposta à iniciativa popular. É o que demonstra, por exemplo, a edição do jornal *Gazeta de*

³⁸ Ver Leão (2012).

³⁹ 05/11/1849 Salvador/BA – 01/03/1923 Petrópolis/RJ – Formado em direito. Foi um intelectual, político, advogado, jornalista, diplomata, orador e escritor brasileiro. Atuou na Campanha Abolicionista em prol da libertação dos escravos e propôs uma reforma eleitoral e no ensino. Disponível em: <<http://www.andt.org.br/academicos/ruy-barbosa>>. Acesso em: 10 out. 2020.

⁴⁰ José Bonifácio de Andrada e Silva - O Moço – 08/11/1827 Bordéus/França – 26/10/1886 São Paulo/SP. Poeta, professor, orador e político. Deputado geral SP/1861-1868 e 1878-1879; ministro da Marinha/1862; senador do Império/1879-1886. Era considerado um dos grandes oradores políticos do período. Disponível em: <<http://www.academia.org.br/academicos/jose-bonifacio-o-moco/biografia>>. Acesso em: 17 dez. 2019.

⁴¹ Ver Kreutz (2016).

Piracicaba do dia 6 de fevereiro de 1884⁴², quando este noticiou que fora enviada à Assembleia Provincial uma representação dos moradores daquele município solicitando a criação de uma escola para meninos na Rua Porto. Como veremos na próxima seção, na mesma região da cidade havia uma escola mista, desde meados de 1872. Tal indício pode indicar a não aceitação deste tipo escolar, em que haveria coeducação dos sexos, e em decorrência deste fator, solicitarem a abertura de uma cadeira masculina. Tal situação se coaduna com a exigência de moralidade necessária ao exercício da atividade docente que veremos mais adiante.

Ao retomarmos o tema do analfabetismo, a condição de analfabeto era tratada como um mal a ser extirpado da sociedade – uma situação vergonhosa. O jornal *Gazeta de Piracicaba*, em sua edição de 07 de maio de 1887⁴³, apresentava uma notícia referente ao município de São Pedro/SP, segundo a qual, de acordo com o recenseamento ali realizado, constatar-se que dois terços de sua população era de analfabetos, o que o articulista considerava ser algo vergonhoso e indicativo da “tristíssima miséria” do estado da instrução pública da província de São Paulo (SENTINELLA, 1887).

Desde o período imperial, no discurso de políticos e intelectuais envolvidos com as questões educacionais, mas, sobretudo, no discurso do período republicano, a necessidade de escolarizar a população e moldar o cidadão por meio da instrução, levando luzes para que pudessem ser dissipadas as trevas de sua ignorância, fora uma tônica propulsora para a realização de algumas medidas – como a apresentação de projetos de lei e expedição de decretos. Promover a escolarização primária era preciso, a fim de que pudesse ser deixada para trás a condição de atraso dos locais cujas populações, em sua maior parte, eram de analfabetos.

No caso de Piracicaba, local onde havia republicanos, que já se mobilizavam em meados de 1870, esse discurso de valorização da instrução popular era identificável, por exemplo, por meio não somente das notícias de jornal local *Gazeta de Piracicaba*, como também pelas iniciativas tomadas pelos Moraes Barros, que se empenhavam em fazer tramitar requerimentos relativos à criação de escolas e angariar fundos para compra de mobília escolar.

Diante disso, após apresentação do problema do analfabetismo e de sua consequente demanda por escolarização, passamos à parte seguinte do texto, que se voltará para a configuração do cenário mais amplo da escolarização primária no Oitocentos. De modo que buscaremos apontar, a partir daí, a relação existente entre esse momento de universalização da escolarização primária, que passa a tomar contornos na segunda metade do século XIX, e a difusão de modelos pedagógicos internacionais.

⁴² MAIS UMA ESCOLA. *Gazeta de Piracicaba*, Piracicaba, Noticiário, p. 2, 06 fev. 1884.

⁴³ SENTINELLA. Cartas de S. Pedro. *Gazeta de Piracicaba*, Piracicaba, p. 1-2, 07 maio 1887.

2.3 Configuração da escolarização primária no século XIX e os modelos pedagógicos estrangeiros trazidos para o Brasil

Nesta parte será abordada a conjuntura do Oitocentos no que se refere à expansão da escolarização primária no âmbito global e seus reflexos na educação brasileira, por meio de modelos estrangeiros trazidos e aplicados à nossa realidade.

O século XIX, especialmente em sua segunda metade, foi o momento em que se configurou a universalização do ensino primário, notadamente na Europa e nos Estados Unidos (SOUZA, 1998). Esse cenário ensejou a busca e aplicação de modelos educacionais estrangeiros no Brasil. Não nos esqueçamos de que Caetano de Campos foi convidado para dirigir a Escola Normal da Capital por indicação de Prudente de Moraes e que a Instrução Pública de São Paulo teve a assessoria de Horace Lane, diretor do Colégio Americano (atual Colégio Presbiteriano Mackenzie), para a implantação das reformas realizadas na virada do século em São Paulo⁴⁴.

Na virada de século (XIX–XX), o Brasil utilizou-se das matrizes francesa e americana para pensar as questões educacionais. Caetano de Campos contratou, para dirigir cada uma das seções da Escola-Modelo de São Paulo, as Professoras Maria Guilhermina Loureiro de Andrade e Marcia Browne, que haviam se formado nos Estados Unidos:

Para dirigir cada uma das seções da Escola-Modelo, Caetano de Campos buscou profissionais cujo requisito principal fosse o domínio dos novos métodos de ensino. Para tanto foram contratadas as professoras Maria Guilhermina Loureiro de Andrade e Marcia Browne. Ambas indicadas pelo professor Lane, diretor da Escola Americana, tinham formação nos Estados Unidos. Os esforços despendidos por Caetano de Campos para a contratação das duas professoras, conforme descreve João Lourenço Rodrigues (1930), denotam, por um lado, a crença no valor do método e, por outro, a consagração da influência americana nesse primeiro período de reforma da instrução pública no Estado de São Paulo (SOUZA, 1998, p. 40- 41).

As exposições escolares que ocorriam na América do Norte e na Europa contavam com representantes brasileiros, que eram enviados ao exterior com o intuito de trazer as inovações no campo educacional. Tanto materiais, quanto métodos, em boa parte, eram importados. Já se começava a pensar um programa de viés moderno, baseado no que as dinâmicas pedagógicas estrangeiras teriam de mais novo e melhor. As trocas informacionais nesse período foram intensas, o que inclusive motivou Vidal (2005) a partir para a pesquisa que culminou na sua tese de livre-docência.

⁴⁴ Ver Santos (2011).

A remissão frequente às exposições universais na documentação localizada na França, as traduções de artigos norte-americanos e de países europeus nas revistas pedagógicas francesas, o trânsito de educadores entre os dois continentes registrados em relatórios disponíveis à consulta em bibliotecas, a curiosidade em conhecer aspectos dos sistemas educativos dos países sul-americanos, africanos e asiáticos perceptível nas seções de notícias do estrangeiro veiculadas nos periódicos educacionais franceses fizeram-me perceber o final do oitocentos como um tempo de intensa circulação de objetos e pessoas e de modelos culturais (VIDAL, 2005, p. 17).

O Professor Paulo Bourroul, docente da Escola Normal de São Paulo, foi um exemplo desses profissionais que se dirigiram à Europa, para adquirir materiais e se apropriar de modelos pedagógicos. Segundo Carvalho (2007), ele viajou para a França e adquiriu, em 1883, os Laboratórios de Química e Física e livros para a biblioteca daquele estabelecimento de ensino.

Como já dito anteriormente, na cidade de Piracicaba, localizada no interior da província/estado de São Paulo, missionários protestantes americanos vieram, a convite dos Moraes Barros, instalar um colégio para meninas, de forma a atuar em uma das esferas da educação daquele município (no âmbito da educação privada) (ELIAS NETTO, 2000). De acordo com Vieira, Nery e Aguiar (2015), as relações estabelecidas entre os irmãos Manoel e Prudente de Moraes e o reverendo Newman, de origem norte-americana, propiciaram a instalação do primeiro colégio de origem metodista na cidade, em 1879, denominado *Colégio Newman*, que contava com dez alunas. Esse colégio, entretanto, teve vida curta (1879-1880). Todavia, foi ele o precursor do Colégio Piracicabano, este fora instalado no município um ano depois, em 13 de setembro de 1881.

Aqui cabe esclarecer que a Igreja Católica, sentindo-se ameaçada pela chegada da educação protestante na cidade, tratou prontamente de iniciar os preparativos no sentido da construção do Colégio Assunção – também dedicado à educação feminina. Entretanto, cabe ressaltar que, já havia instituição católica para meninos em Piracicaba. A benção do marco inicial da construção deste foi dada vinte dias após o lançamento da pedra fundamental do Colégio Piracicabano. Embora a inauguração do colégio católico tenha levado muitos anos após o lançamento de sua pedra fundamental, tal instituição fixou-se na cidade e foi administrada pelas Irmãs de São José de Chambéry, segundo com Vieira, Nery e Aguiar (2015).

Buscamos até aqui mostrar como a influência de matrizes e modelos estrangeiros passaram a atingir a escolarização primária da Província de São Paulo e, consequentemente, de Piracicaba. Essa influência estendeu-se, inclusive, aos programas das Escolas Normais, que ao

final do século XIX tiveram que adotar o método intuitivo, baseado no livro *Primeiras Lições de Coisas*, do americano Norman Allison Calkins (1861), traduzido por Rui Barbosa em 1886.

Outro aspecto, que merece destaque a esse respeito, é o fato de que não era consenso entre os profissionais envolvidos na área da educação que a implantação desses modelos estrangeiros na realidade brasileira fosse algo positivo. Augusto Cesar de Arruda Castanho⁴⁵, professor normalista de Piracicaba, posteriormente também inspetor literário daquele distrito estadual (19º distrito), posicionava-se contrário à adoção de tais modelos, tendo em vista a incompatibilidade destes com a escassez de recursos da instrução pública paulista e a pobreza material de suas escolas. Em um artigo publicado na *Gazeta de Piracicaba*⁴⁶, Castanho ressalta que não haveria nada de errado com a imitação, mesmo porque sendo o Brasil uma nação jovem, necessitava de exemplos, todavia, somente procederia copiar tais exemplos se houvesse recursos para tanto.

A seguir, será abordada a questão da formação de professores/as, posto que com a expansão das escolas primárias, era preciso haver pessoal qualificado para assumir as cadeiras de ensino primário e, preferencialmente, tais docentes deveriam estar alinhados com as mais modernas concepções pedagógicas.

2.4 A Formação de Professores no século XIX e a(s) forma(s) de ingresso na profissão docente

Aqui trataremos da formação de professores/as, uma vez que com a crescente demanda por escolas primárias e o processo em marcha da universalização desse tipo de ensino, fazia-se necessário o provimento destas cadeiras por profissionais do magistério com formação adequada. Ademais, a necessidade de formação de docentes fora frequentemente mencionada nos relatórios do Inspetor Geral da Instrução Pública, por isso consideramos apropriado tratar desse assunto, de modo a melhor apresentar o contexto educacional do período em foco.

A formação de professores/as era um processo incipiente. No Brasil, a primeira Escola Normal fora criada em Niterói/RJ, em 1835. Já a Escola Normal de São Paulo/SP foi fundada

⁴⁵ Augusto Cesar de Arruda Castanho – 07/08/1849-14/11/1910 Capivari/SP. Professor normalista e jornalista. Iniciou como docente nos anos 1880 em Piracicaba/SP, onde defendia os ideários republicanos na educação por meio de artigos no jornal *Gazeta de Piracicaba*, do qual foi co-proprietário e redator a partir de 1885. Foi inspetor de ensino estadual em SP e membro do Conselho Superior de Instrução Pública do Estado (1896). Em Capivari, foi professor da 5ª cadeira de ensino elementar (1899) e diretor do primeiro Grupo Escolar (1908). Disponível em: <http://wiki.ihgp.org.br/CASTANHO,_Augusto_C%C3%A9sar_de_Arruda>. Acesso em: 30 jul. 2019.

⁴⁶ CASTANHO, Augusto. Reforma da Instrução. *Gazeta de Piracicaba*, Piracicaba, Colaboração, p. 1, 24 mar. 1886.

em 1846 e passou por períodos de instabilidade, assim como os assuntos da Instrução Pública de maneira geral. Sobre a Escola Normal de São Paulo, apresenta-nos Monarcha:

Sua primeira fundação deu-se em 1846: instalada em edifício contíguo à velha Sé Catedral, foi fechada em 1867. A segunda fundação deu-se em 1875: dessa vez, funcionou em sala do curso anexo à Faculdade de Direito do Largo de São Francisco, para ser novamente fechada em 1878. A terceira e última fundação deu-se no ano de 1880: instalada conjuntamente com o Tesouro Provincial na rua da Imperatriz. Pouco tempo depois, em 1881, a Escola Normal foi transferida para um sobrado colonial na rua da Boa Morte, lá permanecendo até 1894, quando foi instalada definitivamente em edifício especialmente construído para abrigar uma escola, situado na Praça da República (MONARCHA, 1999, p. 13).

As Escolas Normais, e posteriormente, as Escolas Complementares, foram responsáveis por formar profissionais qualificados que supririam as demandas por professores/as, de acordo com a expansão das instituições de ensino primário no país. No entanto, ainda havia uma expressiva quantidade de professores/as leigos/as.

Autores como Souza (1998) apontam que, apenas uma pequena parcela do corpo docente que lecionava nas escolas paulistas no final do século XIX e início do XX era constituída de docentes formados pelas escolas normais ou complementares. Souza (2014) também informa que, no caso das escolas isoladas, foi instituído o concurso público para contratação de professores/as somente no ano de 1892.

Em Piracicaba, a instalação da Escola Complementar⁴⁷ se deu em 1897 e sua primeira turma formou-se em 1900. Quando havia no município professores/as normalistas ou habilitados por Escola Normal, o jornal *Gazeta de Piracicaba* mencionava essa condição na descrição da notícia, conforme veremos na terceira seção desta dissertação.

A presença de professoras nas escolas públicas primárias já era uma realidade na Província de São Paulo ao final do século XIX, ainda que isso tenha ocorrido timidamente, e com muitas dificuldades enfrentadas pelas mulheres no acesso a essa possibilidade de exercício da profissão docente. Como a demanda por escolarização foi crescendo, à medida que o século XIX transcorria, também se tornava expressivo o ingresso de meninas nas Escolas Normais.

As Escolas Normais no Brasil, foram inicialmente criadas para homens. Todavia, com o processo de urbanização, modernização e industrialização, vivenciado sobretudo no período republicano, o mercado de trabalho se expandiu absorvendo a mão de obra masculina e abriu espaço à atuação feminina no magistério. Assim, as matrículas masculinas decresceram e as

⁴⁷ Sobre a Escola Complementar de Piracicaba, ver Honorato (2011).

femininas aumentaram, de sorte que, em dado momento, a figura da Escola Normal passou a ser associada à imagem das normalistas⁴⁸.

Quando tratamos da presença da mulher na profissão docente, notamos nas pesquisas correlatas que o conjunto das virtudes femininas⁴⁹ (relacionadas sobretudo ao instinto maternal) era evocado por parte da sociedade da época como extremamente valioso às práticas educacionais.⁵⁰ Atributos como paciência, docilidade, atenção, abnegação e delicadeza feminina passaram a ser considerados convenientes à prática docente, visto que sedimentava-se uma naturalização da identificação do magistério com as características maternas, essa ideia foi de tal modo internalizada que resultou na noção de vocação para ser professora – o magistério começava a ser visto como uma extensão da atuação feminina no ambiente doméstico. Tanto que, o programa das Escolas Normais era diferenciado para as alunas que, por exemplo, tinham aulas de prendas domésticas e religião, em vez de aulas de geometria, que contemplavam o programa para meninos.

Sobretudo no período republicano, a profissão do magistério passou a adquirir maior respeitabilidade (SOUZA, 1998) e abriu também espaço para maior atuação feminina na área, posto que os baixos salários já não atraíam os homens para a docência. Contudo, embora o campo para a atuação feminina tivesse sido efetivamente ampliado, o cargo de direção dos Grupos Escolares ainda era facultado, majoritariamente, a professores do sexo masculino.

Assim, com a lenta abertura desse campo de trabalho às mulheres, muitas delas saíam de seus lares para lecionar em escolas em outros municípios – muitas dessas escolas eram inclusive escolas rurais, a saber, geograficamente isoladas, pois tais eram as oportunidades disponíveis para o momento. Isso é ilustrado pelo jornal *Gazeta de Piracicaba*⁵¹, em sua edição de número 258, de 23 de abril de 1884, quando este informa que chegara à cidade de Piracicaba, acompanhada de seu pai, a professora normalista Maria Januária Vaz Pinto, tendo sido nomeada para assumir a 1ª cadeira do sexo feminino do município, localizada na área urbana.

Ao adentrarmos na questão da formação docente no Oitocentos, cabe dedicarmos algumas linhas a tratar das formas de ingresso dos/as professores/as nas cadeiras públicas de ensino primário, de modo que, a seguir, discorreremos um pouco a esse respeito.

⁴⁸ A esse respeito ler Vidal (2008).

⁴⁹ Ver Souza (1998, p. 62-63).

⁵⁰ Ainda que houvesse outra parte da sociedade que julgasse um absurdo confiar a educação das crianças às habilidades femininas, sob alegação de que isto seria uma temeridade, dado seu “cérebro pouco desenvolvido”. Ver Freire (2011, p. 249).

⁵¹ PROFESSORA PUBLICA. *Gazeta de Piracicaba*, Piracicaba, Noticiário, p. 2., 23 abr. 1884.

2.4.1 Ingresso docente nas cadeiras públicas de ensino primário

Para tratarmos de questões ligadas à figura docente faz-se necessária a evocação das formas de ingresso no magistério da época. Havia menções na legislação acerca do provimento das cadeiras por meio de concursos. O decreto imperial, datado de 17 de janeiro de 1809 (BRASIL, 1809), emitido pelo Palácio do Rio de Janeiro/RJ, tratava do provimento, por “pessoas aptas”, das cadeiras de ensino público. Tais candidatos seriam selecionados por meio de exames e de sua conduta. Esse exame ficaria a cargo de “algum magistrado hábil”.

Outra lei que versou sobre a questão dos provimentos das cadeiras foi a Lei Geral de Ensino, de 15 de outubro de 1827. Em seu Art. 7º, ela estabelecia a realização de exames públicos perante os presidentes, em Conselho, e estes proveriam o que fosse “julgado mais digno”. O decreto imperial, de 7 de agosto de 1832, em seu Art. 7º, abria a possibilidade de realização de exames pelas candidatas (referidas como “Mestras”) e pelos candidatos (referidos como “Professores”) fora da capital, em qualquer parte da província, desde que assim fosse por eles requerido e não viesse a prejudicar o interesse público. O mesmo documento estabelecia a idade de vinte e um anos e a exigência de conduta sem notas de regularidade para realizar os exames. Outro elemento, que figura nessa lei, é o estabelecimento de que professores/as poderiam ter substitutos particulares pagos às suas custas, desde que estes também fossem aprovados nos mesmos exames que aqueles (BRASIL, 1832).

Já a Lei Provincial n.º 9, de 24 de março de 1835 (SÃO PAULO (Província), 1835), em seu Art. 2º, possibilitava que cadeiras do ensino de meninas fossem providas interinamente, sem concurso, nesse caso, as professoras receberiam apenas dois terços do salário. Essa mesma lei permitia que o presidente da província autorizasse o pagamento de salários inferiores ao que dispunha o decreto imperial, de 7 de agosto de 1832, supracitado, quando situações tais como uma população menor, baixa concorrência de alunos ou pequeno custo de subsistência se apresentassem. Aqui podemos identificar um mecanismo de economia de recursos orçamentários aplicado pelo governo às expensas da deterioração das condições de trabalho docente, cujos vencimentos já eram parcos, conforme atesta a historiografia.

Tendo abordado a questão da formação de professores/as e seu ingresso nas cadeiras públicas, passaremos então à abordagem das escolas de primeiras letras do período imperial, locais onde atuavam os profissionais do magistério, leigos ou normalistas.

2.5 As escolas da infância no Império: da escola de primeiras letras à escola primária

As escolas de primeiras letras do período imperial assim apareceram definidas pela Lei Geral de Ensino, de 15 de outubro de 1827. Elas também eram referidas como “cadeiras” nos documentos da instrução pública. Giglio (2011) descreve que:

O nascimento das escolas de primeiras letras não surge de um plano racionalmente traçado para cobrir o território da Província com as condições de realização do direito à instrução; são criadas não escolas mas “cadeiras” do magistério por meio de leis da Assembleia Provincial. [...] O que se cria é uma “cadeira”, um lugar, um posto de trabalho que vincula um professor a uma localidade. O professor, por sua vez, vincula-se ao espaço físico onde a escola deve se instalar para ocupar sua cadeira. Arranjo sempre móvel, que supõe o mestre como a escola: ele é a escola; seu deslocamento implica o deslocamento espacial da escola, dos alunos que a frequentam, da mobília, das obrigações dele com os custos de manutenção do prédio que aluga (p. 115).

É possível notar, conforme apontado nesse trecho, que havia identificação entre a cadeira, o docente responsável e a localidade desta. Isso pode ser exemplificado pela figura de uma professora que atuou em Piracicaba, de nome Thereza Christina dos Reis Teixeira, que chegou ao município para assumir a escola mista da Rua do Porto, em 1884. Ocorreu que a professora, segundo o jornal *Gazeta de Piracicaba*⁵², dali desejou mudar-se, rumando para o centro, à Rua do Rosário, n.º 11, onde já havia quatro escolas, até que fosse possível instalar-se à Rua Direita, próxima à Rua do Porto, local originalmente determinado à sua atuação. Havendo a mudança de espaço físico da Professora Thereza Christina, com ela também mudaria a escola, e isso viria a impactar não apenas a oferta de escolarização àquele público determinado da região da Rua do Porto, como também a referência atribuída à escola, qual seja, como chamar de cadeira da Rua do Porto uma cadeira que passaria a funcionar à Rua Direita? Como podemos ver na Figura 1, a proximidade entre essas duas ruas era pequena, cerca de 300 metros.

Segundo Hilsdorf (2017), foi somente em fins do ano de 1887, com a aprovação do projeto de reforma do ensino, cuja tramitação foi bem longa na Assembleia Provincial de São Paulo (1881-1887), que as escolas de primeiras letras deram lugar à criação do ensino primário. Ao tratarmos da instrução pública primária no Brasil imperial, em linhas gerais, e guardadas as devidas proporções, cabe mencionar que esta caracterizava-se, entre outros aspectos, por ser precária e excludente (SOUZA, 1998). Um artigo de Arthur Breves, professor normalista que veio a se tornar deputado estadual pelo mandato de 1891/1892⁵³, pelo partido Republicano

⁵² A CADEIRA DA RUA DO PORTO. *Gazeta de Piracicaba*, Piracicaba, Notícias, p. 2, 29 ago. 1884.

⁵³ Disponível em: <<https://app.al.sp.gov.br/acervohistorico/base-de-dados/republica-velha/deputados/primeira-legislatura-1891-1892-deputados-constituintes/>>. Acesso em 14 abr. 2020.

Paulista (PRP), no jornal *A Província de São Paulo*, datado de 02 de outubro de 1889⁵⁴, na segunda página, descreve essa precariedade.

A nossa organização escolar é ruin, é péssima, é vergonhosa: é um ajuntamento de crianças em pequeninas salas, pagas pelos professores, onde os alunos e o mestre vivem asphyxiando-se: onde ha um unico professor para ensinar uma multiplicidade de materias que os legisladores inconscientemente amontoam em programmas barulhentos.

Os paes censuram os professores mas não trabalham para melhorar esse estado de cousas: os professores, ora tornando-se scepticos, ora temendo a politicagem, cruzam os braços, não se lembrando que a cada passo lhes atiram a pecha de vadios e relaxados (BREVES, 1889, p. 2).

Embora já existisse uma demanda por escolas para crianças, a oferta por parte do poder público não era suficiente e a qualidade do ensino oferecido era discutível. Fatores como carência de formação de professores/as, falta de espaços e mobiliário adequado e ausência de métodos de ensino são exemplos que demonstram esse quadro. Essa situação de precariedade era apontada nos relatórios do primeiro Inspetor Geral da Instrução Pública da Província de São Paulo – Diogo de Mendonça Pinto.

As escolas de primeiras letras, funcionavam, geralmente, e conforme atesta a historiografia da educação brasileira⁵⁵, em casas improvisadas, ambientes precários, cujo aluguel era custeado pelo próprio docente, visto que do salário que recebia, uma parte deveria ser destinada para esse fim. O mestre-escola, esse/a professor/a acima referido/a, ministrava suas lições por meio do ensino individual, dedicando-se basicamente aos ensinamentos de leitura, escrita, cálculo e doutrina religiosa (REIS FILHO, 1995). Não havia assim nessa etapa histórica, ao menos de forma expressiva, a reunião de alunos por nível de aprendizado ou faixa etária, tampouco um método unificado de ensino⁵⁶. O ensino individualizado ainda era uma prática e foi substituído pelo método simultâneo ao longo do século XIX.

Os novos elementos sistematizadores do ensino primário só vieram com a implantação dos Grupos Escolares⁵⁷ – as escolas primárias graduadas, que trouxeram consigo racionalidade, práticas e simbolismos próprios da era republicana. Mesmo com o advento dos Grupos Escolares, aos quais era prescrito o método intuitivo, havia a coexistência de “vícios” no tocante

⁵⁴ BREVES, Arthur. Instrucção Publica. *A Província de São Paulo*, São Paulo, p. 2, 02 out. 1889. Disponível em: <<https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/18891002-4350-nac-0002-999-2-not>>. Acesso em: 20 nov. 2019.

⁵⁵ Ver Souza (1998, p. 29 e 2017, n.p.) e Faria Filho (2016, p. 140).

⁵⁶ O método mútuo, ou lancasteriano, instituído pela Lei Gera de Ensino, de 15 de outubro de 1827, não foi bem sucedido no Brasil, devido, sobretudo, à falta de estrutura e prédios adequados para sua aplicação, conforme aponta Saviani (2014). Tal método baseava-se na utilização de alunos monitores, aqueles mais adiantados, para auxílio do professor no ensino de classes numerosas.

⁵⁷ A esse respeito ler Souza (1998; 2009).

à concomitância do método individual de ensino, utilizado nas escolas de primeiras letras, com o método intuitivo ou *lições de coisas*. Souza (1998) transcreve um trecho do relatório do diretor de Grupo Escolar de Piracicaba, Antonio de Mello Cotrim, de 1897, em que ele atesta a dificuldade da erradicação do método individual, posto que este predominava em todas as escolas isoladas, e naquele momento já era tido como um “erro pedagógico”, nas palavras desse diretor. Essa passagem nos remete a considerar que ao final do século XIX, o método utilizado nas escolas públicas primárias de Piracicaba era, de fato, o método individual.

Esse cenário acima apresentado nos permitirá chegar à percepção do quadro educacional piracicabano no período em pauta nessa pesquisa. De modo que, assim passamos à próxima seção, em que trataremos da configuração escolar primária do município de Piracicaba.

3 ESCOLARIZAÇÃO PRIMÁRIA EM PIRACICABA

O cenário educacional, sobretudo o ensino primário no Brasil, era bastante precário no período imperial, uma vez que não havia a definição de um modelo único, nem havia atendimento mínimo à demanda. A descentralização administrativa de 1834 parece ter provocado este cenário, ao deixar para cada província a provisão do ensino primário, do ensino secundário e da formação de professores/as, fazendo com que cada uma delas buscasse organizar a escola primária segundo as condições locais.

Daí que olhar para uma localidade específica pode revelar elementos dessa especificidade. Para Magalhães (2013) é nesse espaço – o município – que a escolarização se constitui e se concretiza. Nesta seção analisaremos as formas pelas quais a escolarização pública primária se constitui em Piracicaba. No período em foco na pesquisa desenvolvida, procuramos compreender qual era a configuração das escolas públicas primárias existentes no município de Piracicaba e quais elementos de sua cultura escolar podem ser apreendidos por meio das fontes consultadas.

Os documentos analisados consistem em ofícios localizados no Arquivo Público do Estado de São Paulo, referentes aos assuntos da Instrução Pública de Piracicaba, no período de 1857 a 1895 (Caixa nº C05084). Também são utilizadas as atas da Câmara Municipal de Piracicaba, os anais da Assembleia Legislativa Provincial de São Paulo e os periódicos *Gazeta de Piracicaba* e *A Provincia de São Paulo*.

Dentre o material localizado no Arquivo Público do Estado de São Paulo, que é constituído basicamente de ofícios, foi possível identificar algumas correspondências oficiais e documentos que mencionavam a conduta moral e profissional dos professores/as primários daquele município. Iniciaremos essa apresentação por meio de um quadro ilustrativo dos dados que as fontes revelaram.

Quadro 1 - Relação de escolas públicas primárias de Piracicaba e seus respectivos/as professores/as no período de 1835 a 1897.

Escolas	Professores/as	Observações
Cadeira do sexo masculino (década de 1830)	. Lourenço Antonio de Almeida	. 29/03/1833 - pediu atestação de que abriu aulas na vila . 13/01/1835 - informara à edilidade que estava enfermo . 11/07/1835 - a Câmara Municipal fora informada do seu falecimento
1ª Cadeira do sexo masculino	. Innocencio Augusto da Silveira Maia . José Manoel de França Junior . José Firmino de Almeida Leite . Felix de Mello Bonilha . Eduardo Ragio Zimbres	. ago./set. 1883 - Innocencio Augusto da Silveira Maia . out. 1883 - assumiu José Manoel de França Junior - foi estudar na Escola Normal da Capital no ano de 1887 . jun.1887 a abr. 1888 - José Firmino de Almeida Leite – substituto . nov. 1888 a fev. 1889 - Felix de Mello Bonilha – substituto . nov. 1889 a fev. 1895 - José Manoel de França Junior formou-se em 1889 e retomou suas aulas nessa cadeira em 27 de novembro . abr. 1895 a dez. 1896 - Eduardo Ragio Zimbres . 1897 - a escola foi anexada ao Grupo Escolar Barão de Rio Branco
2ª Cadeira do sexo masculino	. João Theodozio de Carvalho Montenegro . Antonio Augusto de Oliveira Cezar . Antonio de Carvalho Sardenberg . Benedicto Candido Corte Brilho	. João Theodozio fora acusado de imoralidade pela Câmara Municipal em ofício dirigido ao Inspetor Geral da Instrução Pública - indicava que fazia com que alunos enviassem recados durante as aulas - não foi possível identificar a data do documento . 04/05/1857 - Antonio Augusto de Oliveira Cezar - assumiu como professor interino . 1880 a jun. 1893 - Antonio de Carvalho Sardenberg . jul. 1893 a dez. 1899 – Benedicto Candido Corte Brilho
Cadeira do sexo masculino - Bairro Alto	. Frederico Guilherme Hoppe . Augusto Cesar de Arruda Castanho	. escola criada em 1883 e em 1897 anexada ao Grupo Escolar Barão de Rio Branco . mar. 1883 a abr. 1884 - Frederico Guilherme Hoppe - habilitado pela Escola Normal, veio transferido de Itapetininga e depois transferido para Capivari . maio 1884 a dez. 1890 - Augusto Cesar de Arruda Castanho – normalista, natural de Capivari . Não foi possível identificar os professores seguintes nas fontes consultadas
Cadeira do sexo masculino - Salto	. Augusto Pinto da Silva Saes	. criada em 1884 e em 1897 anexada ao Grupo Escolar Barão de Rio Branco . fev. 1884 a dez. 1889 - Augusto Pinto da Silva Saes . Após esse período não há indicação do(s) professor(es)

continua

conclusão

Escolas	Professores/as	Observação
Cadeira do sexo masculino – Rua do Porto	. Antonio de Mello Cotrim	. criada em 1885 . fev. 1885 a dez. 1899 - Antonio de Mello Cotrim
Cadeira do sexo masculino – Boa Morte	-	. criada em 1888 e extinta em 1900 . não foi possível localizar informações sobre os nomes de seus professores
Escola masculina noturna	. Jorge Vaz Guimarães . Antonio de Mello Cotrim	. criada em 1895 . fev./nov. 1895 - Jorge Vaz Guimarães . dez. 1895 a jan. 1899 - Antonio de Mello Cotrim
1º Cadeira do sexo feminino	. Idalina Ferreira de Paula . Maria Januaria Vaz Pinto	. jan. 1880 a fev. 1884 - Idalina Ferreira de Paula - foi transferida para a Capital . 21/04/1884 - a normalista Maria Januaria Vaz Pinto entrou em exercício - situada à Rua dos Pescadores, 41 . em 1897 foi anexada ao Grupo Escolar Barão de Rio Branco
2ª Cadeira do sexo feminino	. Antonia Germana dos Santos Amaral . Benedicta Ernestina Prado . Zulmira Fereira do Valle	. jan. 1880 a fev. 1888 - Antonia Germana dos Santos Amaral . abr. 1888 a abr. 1889 - ficou vaga . maio 1889 a dez. 1895 - Benedicta Ernestina Prado . fev. 1896 a dez. 1902 - Zulmira Fereira do Valle
3ª Cadeira do sexo feminino	. Francisca Eliza da Silva	. ficou provida no decorrer dos anos 1880 e 1890 . jan. 1880 a dez. 1899 - Francisca da Silva, também conhecida como Francisca de Castro, que atuou como professora por 27 anos, a partir de 1872
4ª Cadeira do sexo feminino	. Herminda Fonseca . Augusta Saes . Maria Meira Rocha	. criada em 1894 . fev./set. 1894 - Herminda Fonseca - foram concedidos trinta dias de licença para frequentar a Escola Modelo da Capital . out./dez. 1894 - Professora Maria Augusta Saes – substituta . jan./fev. 1895 - Herminda Fonseca retornou . mar. 1895 a dez. 1896 - Maria Meira Rocha . em 1897 foi anexada o Grupo Escolar Barão do Rio Branco
5ª Cadeira do sexo feminino	. Victalina de Cassia Ferreira . Eliza Borges	. criada em 1896 e extinta em 1904 . ago. 1896 a set. 1897 - Victalina de Cassia Ferreira . out./dez. 1897 – Eliza Borges – substituta
6ª Cadeira do sexo feminino	-	. criada em 1896 e em 1897 foi anexada ao Grupo Escolar Barão de Rio Branco . não foi possível localizar a professora da cadeira dentro do período desta pesquisa
Escola Mista da Rua do Porto	. Thereza Christina dos Reis Teixeira	. maio 1884 a dez. 1889 - Thereza Christina . a escola foi extinta em 1896 . não foi possível localizar a professora entre 1890 e 1896

Quadro elaborado pela pesquisadora. Fonte: ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO, 1857-1895; GAZETA DE PIRACICABA, 1882-1897; PIRES, 2009; TORRES, 2009; MARTIN, 2020.

Com base nos dados apresentados no Quadro 1, verificam-se pelo menos três aspectos que cabe aqui ressaltar. O primeiro diz respeito à instabilidade sofrida pelas cadeiras no sentido do seu provimento. Os/as professores/as solicitavam transferência de localidade e licenças de diversas naturezas, o que alterava a configuração do provimento dessas escolas. O segundo aspecto diz respeito à possibilidade que os docentes tinham de buscar qualificação profissional, sem grandes embaraços, no sentido de que eram licenciados para cursar a escola normal ou conhecer a escola modelo da Capital da Província, desde que o solicitassem por meios formais às instâncias competentes. Nas fontes consultadas, não encontramos elementos que demonstrassem óbices quanto ao atendimento de um pedido dessa natureza, vindo de um/a professor/a interessado/a em se aprimorar no exercício de sua profissão. O terceiro aspecto que é possível captar trata da questão da moralidade dos professores/as sempre vigiada e elogiada ou criticada, conforme atestasse sua conduta diuturna.

Tais aspectos nos remetem à apreensão de traços da cultura escolar piracicabana, que como bem apontara Forquin (1993), se molda e ganha especificidade de acordo com a localidade e personagens (grupos) envolvidos. Em Piracicaba, pelo que as fontes documentais revelam, a qualificação do docente era valorizada, assim como sua moralidade. Esses elementos recebiam menção de destaque nas notícias do jornal *Gazeta de Piracicaba*. Sempre que um/a professor/a normalista chegava ao município para assumir uma cadeira, essa formação recebia destaque na notícia. De maneira semelhante, quando um/a professor/a obtinha autorização para cursar a Escola Normal da Capital ou assistir aulas na Escola Modelo (anexa àquela), as notícias se constituíam de palavras elogiosas, que louvavam o empenho do docente referente à sua busca por aprimoramento.

A seguir, apresentamos a quantidade de escolas do município nos seguintes anos: 1826 (ano que foi criada a primeira escola pública para meninos na localidade); 1845 – ano de criação da primeira escola para meninas; 1869 – ano em que foi possível identificar nos Anais da Assembleia Provincial de São Paulo a informação de que havia duas cadeiras em Constituição; 1882 - foi indicado por ser o ano de fundação do periódico *Gazeta de Piracicaba* - uma das principais fontes dessa pesquisa; 1887 – ano em que Piracicaba cria seu Conselho Municipal de Instrução Pública; 1889 – ano emblemático, posto que foi marcado pela Proclamação da República; e 1897 – ano que marca o final do recorte temporal dessa dissertação.

Tabela 1 – Quantidade de escolas públicas primárias em Constituição/Piracicaba no período de 1826 a 1897.

	1826	1845	1869	1882	1887	1889	1897
Escolas públicas primárias em Constituição / Piracicaba	1	2	2	9	13	15	14

Tabela elaborada pela pesquisadora. Fonte: GAZETA DE PIRACICABA, 1882-1897; PIRES, 2009; TORRES, 2009; MARTIN, 2020.

No ano de 1826, havia apenas uma cadeira de primeiras letras para o ensino de meninos. Dezenove anos depois, havia na localidade duas escolas (uma para meninos e uma para meninas). Assim permaneceu, ao que tudo indica, até 1869. Já no ano de 1882, das nove escolas existentes, cinco estavam situadas no espaço urbano e as outras quatro estavam em regiões mais afastadas, em área rural, também referidas como bairros. Em 1887, nove das 13 escolas existentes estavam situadas na cidade e quatro nos bairros. No ano de 1889, 10 escolas estavam funcionando na cidade e cinco nos bairros. Já em 1897, permanecia o número de 10 escolas na cidade e, quanto aos bairros, o número caiu para quatro (essas quatro eram: cadeira feminina do bairro Batistada; cadeira masculina do bairro Batistada; cadeira feminina do bairro Tanquinho; e cadeira masculina do bairro Tanquinho). Cabe apontar que, em 1897, seis escolas da cidade foram anexadas ao Grupo Escolar Barão do Rio Branco: 1ª cadeira feminina; 4ª cadeira feminina; 6ª cadeira feminina; 1ª cadeira masculina; cadeira masculina do Bairro Alto e cadeira masculina do Salto (MARTIN, 2020).

Cabe salientar que, a existência de uma escola (criada) não significava que ela funcionava, ou seja, que estava provida. Como exemplo, podemos aludir à situação protagonizada pela Profa. Thereza Christina, que mudou duas vezes de lugar durante o período em que atuou em Piracicaba. Essa professora chegou à cidade no final de agosto de 1884, mas pelo menos até o final daquele ano não havia iniciado suas aulas no local devido, conforme noticiara o jornal local⁵⁸. Observamos também que, a cadeira sob responsabilidade dessa professora, a saber, a cadeira mista da Rua do Porto, havia sido criada pela Lei Provincial n.º 8, de 15 de fevereiro de 1884, e quase seis meses depois, as crianças que deveriam ser atendidas por ela ainda não haviam tido suas primeiras aulas (SÃO PAULO (Província), 1884).

⁵⁸ A CADEIRA DA RUA DO PORTO. Gazeta de Piracicaba, Piracicaba, Notícias, p. 2, 29 ago. 1884.
A ESCOLA DA RUA DO PORTO (b). Gazeta de Piracicaba, Piracicaba, p. 2, 31 dez. 1884.

De modo geral, com base no que até aqui foi apresentado, é possível apreender que Piracicaba, apesar de ser um município do interior da província de São Paulo, estava relativamente bem provida no quesito educacional. Sua primeira escola pública primária para meninos foi criada em 1826, dois anos após a Constituição de 1824. Por ali passaram diversos/as professores/as normalistas, num período em que a dificuldade de acesso à formação docente era uma realidade, inclusive devido à distância e dificuldades de locomoção da época.

Os políticos republicanos que ali atuavam, demonstravam preocupação com as questões educacionais, se mobilizavam no sentido de trazer escolas para o município e angariar fundos para a aquisição de materiais/mobiliário, tal qual demonstram os documentos aqui analisados. Em sessão ordinária da Câmara Municipal, realizada em 21 de julho de 1884, por exemplo, o vereador Manoel de Moraes Barros manifestou-se contrário à construção de um prédio próprio para realizar às sessões da edilidade (a Câmara então funcionava no prédio da Cadeia, que era provincial), pois havia outras obras mais necessárias a serem realizadas no município – entre elas, a construção de quatro casas para abrigar parte das oito cadeiras ali existentes (LIVRO DE ATAS DA CÂMARA MUNIICIPAL DE PIRACICABA, 1884).

Por fim, é notável constatar que Piracicaba chegou a ter duas cadeiras antes mesmo de Campinas/SP, que era o segundo município mais populoso da província, atrás apenas da Capital, conforme declarou Prudente de Moraes, em sessão de 19 de maio de 1869, na Assembleia Provincial de São Paulo. Na ocasião, o político declarou que propôs o aditivo ao projeto de criação de uma segunda cadeira no município de Campinas motivado por informações obtidas “de pessoas fidedignas” de que na cadeira daquele município encontravam-se matriculados “120 e tantos alunos”, mas que nem todos frequentavam as aulas, visto que a casa não podia abrigar a todos e porque era “impossível dispensar seus cuidados a todos ao mesmo tempo”. Prudente de Moraes finaliza suas falas com uma crítica ao modo como o governo conduzia os assuntos da instrução pública.

Creio pois que a casa, votando pelo additivo assim como pelo projecto, satisfaz uma necessidade publica, tanto mais que, como é sabido, o governo da província não cura da instrucção publica (apoiados.) Si o governo actual encontrasse um meio de abolir todos os elementos de educação do povo, elle o empregaria, ainda que fosse preciso mais um golpe de Estado, e envidaria todos os recursos afim de que o povo se tornasse mais ignorante do que infelizmente é. (Muito bem!) (ANAIS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA PROVINCIAL DE SÃO PAULO, 1869, p. 36).

Esse episódio revela uma das várias mobilizações dos Moraes Barros em favor dos assuntos da instrução pública. O discurso inflamado do político, ao apresentar a situação crítica da única cadeira de Campinas/SP e ao espinafrear a postura do governo frente às questões educacionais, suscitou a aprovação dos colegas presentes à sessão da Assembleia Provincial. Após suas falas, posto que ninguém mais pediu a palavra, o projeto foi aprovado.

3.1 O panorama instrucional de Piracicaba no final do século XIX com a instalação de duas escolas confessionais – Colégio Piracicabano e Colégio Assunção

Embora nosso foco esteja direcionado às escolas públicas primárias do município, consideramos necessária a menção a duas instituições de ensino local que tiveram relevância na construção do cenário educacional piracicabano, na medida em que estavam imbricadas no ideário educacional local. No caso do Colégio Piracicabano, por exemplo, as influências de sua fundação (educação protestante americana), os atores inseridos na sua dinâmica de funcionamento (a missionária Martha Watts, o apoio prestado pelos Moraes Barros, entre outros) e os resultados que apresentava à sociedade piracicabana (como a realização de exames das alunas desse colégio, divulgados no jornal local) foram dignos de nota social, recorrentemente veiculados pelo jornal *Gazeta de Piracicaba*.

Todavia, antes da constituição do Colégio Piracicabano, houve a experiência de criação da primeira escola metodista em Piracicaba. Tratava-se do Colégio Newman, estabelecido em 1879, conforme apontamos em passagem anterior. Esse colégio fora destinado à educação de meninas. Contava com dez alunas e sua criação se deu por iniciativa do reverendo Newman, mas teve curta duração (menos de um ano de funcionamento). As aulas ficaram a cargo da filha do reverendo, Annie Ayres Newman, e de sua esposa, Mary Phillips Newman. Contudo, no ano de 1880, Annie Newman, após casar-se com o missionário J. J. Ransom, mudara-se para o Rio de Janeiro – então capital do Império – e lá fora acometida fatalmente por febre amarela, em 17 de julho de 1879 (RAFAETA, 2008; VIEIRA; NERY; AGUIAR, 2015).

Entretanto, após tal infortúnio, em 13 de setembro de 1881, foi inaugurado o Colégio Piracicabano, sob direção da missionária metodista americana Martha Hite Watts, que chegara em Piracicaba alguns meses antes, em 19 de maio de 1881. Seu objetivo era oferecer educação às meninas, embora também aceitasse receber meninos “bem comportados”, até a idade de 14 anos, conforme consta de um anúncio no jornal *Gazeta de Piracicaba*, do ano de 1895⁵⁹. O interessante é que apesar de ser mantido pelos metodistas, o colégio na prática funcionava como

⁵⁹ WATTS, M. H. Collegio Piracicabano. *Gazeta de Piracicaba*, Piracicaba, Annuncios, p. 2, 03 fev. 1895.

laico, pois não havia aula de religião. A criação desse colégio partiu das relações entre a elite republicana de Piracicaba, na figura dos irmãos Moraes Barros, e os metodistas de Santa Bárbara (d'Oeste)/SP que, a partir desses laços de amizade, idealizaram a vinda dessa missionária, a fim de criar um colégio com características inovadoras. Martha Watts permaneceu no Brasil por 26 anos, sendo 14 deles voltados à sua atuação em Piracicaba (RAFAETA, 2008).

A criação desse colégio metodista mobilizou rapidamente os esforços da Igreja Católica no sentido de também buscar estabelecer a sua instituição de ensino particular, igualmente voltada à educação de meninas, na cidade, posto que até então atendiam somente ao sexo masculino. Segundo Martin (2020), o padre Francisco Galvão Paes de Barros, juntamente com alguns habitantes do local, envidou esforços para arrecadar recursos e, no ano de 1883, foi dada a bênção e lançada a primeira pedra da construção do Colégio Assunção – um colégio católico de educação feminina. Todavia, sobrevieram contratemplos, como incêndio no prédio e falta de dinheiro para concluir as obras, o que resultou na conclusão do edifício somente na década seguinte. No ano de 1886, assumiram a administração do Colégio, a congregação das Irmãs de São José de Chambéry, com sede no Brasil, localizada na cidade de Itu/SP. Após sete anos, concluíram-se as obras do edifício.

Tais estabelecimentos de ensino compuseram o cenário educacional piracicabano do final do século XIX e, notadamente no que se refere ao Colégio Piracicabano, diversas foram as menções a ele nas páginas do jornal *Gazeta de Piracicaba* – por meio de anúncios ou mesmo de notícias elogiosas, como foi a publicada na edição de 02 de junho de 1888⁶⁰, reproduzindo uma notícia publicada em Itu/SP. Três homens realizaram uma visita às instalações do colégio e foram recebidos e acompanhados por Martha Watts. Descreveram a estrutura, o método de ensino e outros elementos da instituição com profusas palavras de encantamento e satisfação diante do que pudera ser constatado, acrescentando que apresentava excelentes resultados por seguir o “salutar sistema americano”. É possível apreender, por meio desse último elogio ao sistema de ensino americano, que este era visto, à época, como modelo pedagógico desejável.

Partindo desse panorama, passaremos para a seção seguinte onde exploraremos os aspectos referentes aos/as professores/as das escolas públicas primárias. Buscaremos traçar seu perfil e identificar na sua atuação outros aspectos da cultura escolar piracicabana.

⁶⁰ TRIUMVIRO. Collegio Piracicabano. *Gazeta de Piracicaba*, Piracicaba, p. 1-2, 02 jun. 1888.

4 A FIGURA DO PROFESSOR NO CONTEXTO PIRACICABANO

Ao abordarmos a questão da escolarização pública primária piracicabana, além de tratarmos do tempo e dos espaços aonde se dava essa escolarização, ou seja, além de resgataremos aspectos tais como as escolas, os elementos temporais envolvidos e o cenário geral da instrução pública (com a legislação vigente, seus agentes políticos e seu embasamento filosófico), cumpre apontar especificamente um dos agentes que, a partir de sua interação, fabrica a cultura escolar – o/a professor/a.

Abordar a figura do/a professor/a é apresentar, por meio dos vestígios de sua passagem pelo cenário educacional, fragmentos da cultura escolar piracicabana no final do século XIX. Fragmentos esses que, segundo Bloch (2001), ao serem recolhidos por meio das fontes documentais a que tivemos acesso, nos permitirão reconstituir a dinâmica escolar da época.

4.1 Ser professor no século XIX

O/a professor/a, agente materializador/a da instrução às crianças que se encontravam matriculadas em sua escola/cadeira, estivera sempre presente nesse cenário educacional sobre o qual nos debruçamos para a realização dessa pesquisa. Sua atuação lhe colocava em contato direto com alunos, pais/responsáveis e autoridades imediatas, que tinham por responsabilidade fiscalizar o cumprimento de suas responsabilidades pedagógicas. Pesavam sobre eles/as os olhares vigilantes da comunidade na qual se via inserido/a e das autoridades às quais se encontrava subordinado/a (GONDRA; SCHUELER, 2008).

Pairavam sobre os docentes expectativas cujo teor foi tomando distintos contornos ao longo do tempo. Souza (1998) evoca, por exemplo, a concepção de professor/a como profissão respeitável e, segundo a perspectiva republicana, seria ele/a agente regenerador da nação no início do novo regime. Seriam os/as professores/as, segundo as palavras de Caetano de Campos no discurso aos formandos da Escola Normal da Capital, em 1890, “arquitetos do porvir” e “faroés da civilização”. Ao longo do século XIX havia identificação da missão social da docência com as funções de um sacerdócio (GONDRA; SCHUELER, 2008). A expressão “vocação para o magistério” também é outro elemento associado ao universo religioso, haja vista que no decurso histórico a profissão docente teve origem na figura do sacerdote que era, em muitos casos, o responsável por ensinar as crianças. Posteriormente, essa profissão foi secularizada (NÓVOA, 1991). Por isso, considera-se essencial a dedicação de uma seção voltada à evocação desse personagem.

Tenciona-se, diante disso, nesta parte da dissertação, apresentar o perfil desse/a professor/a, de modo a apontar, em sua atuação, alguns aspectos constituintes da cultura escolar piracicabana.

4.1.1 A moralidade docente

Um elemento muito presente nos textos voltados para o perfil dos/as professores/as brasileiros/as do século XIX é o que se refere à moralidade desses agentes. A Lei Couto Ferraz, por exemplo, estabelece elementos relativos à necessidade da postura moral desse profissional e reforça o papel da inspeção (MONARCHA, 2016). Contudo, desde a Lei Geral de Ensino de 1827, constava a consideração da moralidade docente como peça importante no cenário da instrução primária e nos processos de seleção desses agentes. A partir de 1830, segundo Gondra e Schueler (2008), o requisito da conduta moral passou a figurar em todas as leis provinciais de instrução pública no século XIX. Essa vigilância que se endereçava aos/às professores/as partia não apenas das autoridades de ensino, como também da comunidade. Uma série de elementos eram levados em conta no tocante ao comportamento docente.

A moralidade do professor primário, portanto, relacionava-se à totalidade dos aspectos de sua personalidade, incluindo a sua conduta moral, familiar e sexual, os seus hábitos de vestir e de falar, os seus gestos, os seus comportamentos na vida pública, as suas formas de ensinar e de administrar a escola, os espaços e os tempos escolares e os exemplos que sua figura espelhava – para além da sua apresentação e da sua inserção na vida social da comunidade, do atendimento aos requisitos exigidos para o exercício da docência e da obediência às normas e aos regulamentos estatais (GONDRA; SCHUELER, 2008, p. 177).

Conforme verificamos acima, uma série de elementos culturais eram averiguados na postura desses agentes da instrução primária do Oitocentos. Daí depreendemos que vigiar o comportamento dos/as professores/as era um elemento constituinte da cultura escolar piracicabana.

No Arquivo Público do Estado de São Paulo, foi possível identificar uma carta de resposta redigida pelo professor João Theodozio de Carvalho Montenegro – professor da 2ª cadeira de primeiras letras – na qual este se defendia de acusações recebidas pela Inspetoria Geral da Instrução Pública, que haviam sido, por sua vez, encaminhadas pela Câmara Municipal de Piracicaba contra ele. O professor fora acusado de imoralidade, pois teria solicitado a seus alunos que enviassem recados durante suas aulas a pessoa não mencionada. Em sua defesa, ele alegara que não havia fatos que o desabonassem e que era vítima de despeito dos camaristas. O documento em questão não estava datado. Todavia, localizamos outro documento, nesse

mesmo acervo, o qual informava que em maio de 1857 havia assumido essa mesma cadeira o professor interino Antonio Augusto Oliveira Cesar. É possível que, os desdobramentos da acusação contra o professor João Theodozio tenham culminado com sua saída ou afastamento do cargo (Ofícios localizados no Acervo do Arquivo Público do Estado de São Paulo, Caixa C05084).

Além da questão da moralidade, outro elemento presente quando se aborda o magistério – ainda que toquemos no tema apenas enviezadamente – é a resistência docente. Gallego (2008), por exemplo, refere-se à resistência de algumas professoras no ensino de prendas domésticas (bordado e costura) com base em documentos do ano de 1852. Seja por discordância, ou simplesmente pelo fato de o/a professor/a não possuir os saberes necessários à transmissão de determinados conteúdos, resistência docente é algo que pode ser encontrado nos registros historiográficos. Ao tocarmos na questão da resistência desse agente é possível estabelecermos ainda uma conexão com a seletividade dos conteúdos transmitidos por meio da figura do/a professor/a.

Segundo Forquin (1993), o ato de ensinar implica apresentar ao aluno elementos de cultura e, nesse processo estão naturalmente contempladas a seletividade e uma concepção normativa de cultura. Outro exemplo disso, é o relatório mencionado por Souza (1998), do diretor do grupo escolar de Piracicaba, Antonio de Mello Cotrim, de 1897, o qual reportava que embora fosse prescrito o método intuitivo nas escolas primárias graduadas, algumas professoras ainda praticavam o método individual de ensino, o que era, de acordo com a perspectiva desse diretor, um vício.

Souza, nessa mesma obra, dedica-se em determinado momento a discorrer sobre a valorização do/a professor/a e à diferença entre ser professor e ser professora. Isso nos convida a dedicar algumas linhas à apresentação desses aspectos no tocante à forma como eram vistos tais profissionais no contexto do município de Piracicaba. Assim, a partir de tais elementos envolvidos na consideração da figura docente, partimos para explorar o perfil dos/as professores/as piracicabanos/as da segunda metade do século XIX.

4.2 Ser Professor em Piracicaba

Piracicaba, por ser um município afastado da Capital da província de São Paulo, dependia, de modo geral, de professores/as cuja formação tivesse ocorrido em outras localidades, sobretudo na cidade de São Paulo, pela Escola Normal, a única do gênero a formar professores/as na província. Já na República, foi criada a Escola Complementar de Piracicaba, que começou a funcionar em 1897 (ano que, aliás, delimita o término do recorte temporal desta

pesquisa) e também formava professores/as. Desse modo, no período em que esse trabalho foca, os docentes que lecionavam nas escolas públicas primárias piracicabanas ou eram formados pela Escola Normal de São Paulo ou então eram leigos/as – professores/as sem formação.

Essa situação de demanda por formação docente e dificuldade no provimento de cargos nas localidades mais afastadas ensejou, inclusive, a determinação do “tempo de desterro” dos/as professores/as que fossem aprovados nos concursos públicos, devendo estes atuar por um período em escolas geograficamente afastadas, para somente então poderem trabalhar em escolas mais centralizadas, situadas em áreas urbanas (SOUZA, 1998). É o que parece ter ocorrido, por exemplo, com a Professora Idalina Ferreira de Paula, que em fevereiro de 1884 foi removida de Piracicaba para a Capital da província. Como a notícia⁶¹ que traz essa informação é muito sucinta, não foi possível colher mais elementos para confirmar a motivação da remoção.

No caso específico de Piracicaba, podemos tomar como exemplo a notícia do jornal *Gazeta de Piracicaba*⁶², do ano de 1884, referente à chegada da professora Maria Januaria Vaz Pinto para assumir a 1ª cadeira do sexo feminino daquele município.

Chegou a esta cidade a professora normalista, exma. sra. d. Maria Januaria Vaz Pinto, acompanhada de seu pai, o sr. Joaquim Vaz Pinto Ribeiro.
Aquella senhora, tendo sido nomeada para reger a 1ª. cadeira do sexo feminino desta cidade, entrou em exercício do magistério no dia 21 do corrente, abrindo sua aula á rua dos Pescadores n° 41, onde está á disposição dos srs. pais de família para a matricula de alumnas (PROFESSORA PUBLICA, 1884, p. 2).

Como se pode notar, do que consta na notícia acima, a professora veio de outra localidade – não mencionada na notícia – acompanhada de seu pai, para reger a 1ª cadeira do sexo feminino de Piracicaba. As cadeiras do sexo feminino eram regidas por professoras e, conforme ditado pelas regras de conduta da época, para não chegar sozinha à cidade, a professora contou com a companhia de seu pai para ali se instalar. A professora em questão tinha formação conferida pela Escola Normal, o que explica sua vinda de outro lugar para lecionar naquele município.

O professor Frederico Guilherme Hoppe também era um outro exemplo de docente habilitado pela Escola Normal e obteve transferência para Capivari no mesmo ano da chegada da professora Maria Januaria Vaz Pinto.

⁶¹ PROFESSORA REMOVIDA. *Gazeta de Piracicaba*, Piracicaba, Notícias, p. 2, 24 fev. 1884.

⁶² PROFESSORA PUBLICA. *Gazeta de Piracicaba*, Piracicaba, Notícias, p. 2, 23 abr. 1884.

Informam-nos que já está provida a cadeira do sexo masculino que tem de funcionar no Bairro Alto, tendo sido removido para ahi o professor da cadeira publica de Itapetininga, sr. Frederico Guilherme Hoppe, habilitado pela Escola Normal (PROFESSOR PUBLICO, 1883, p. 2).

Podemos perceber pela notícia⁶³ supra que, o jornal costumava conferir destaque à formação do professor quando este era normalista. O professor Frederico veio a Piracicaba de Itapetininga/SP e, posteriormente, conforme relata uma notícia nesse mesmo periódico⁶⁴, em 16 de março de 1884, transferiu-se para Capivari/SP e assumiu a sua cadeira Augusto Cesar de Arruda Castanho, também normalista, proveniente de Capivari/SP. Cabe observar que tanto Itapetininga, quanto Capivari, são municípios próximos à Piracicaba e ambos, na época, gozavam de grande prestígio político e econômico.

Um/a professor/a em atividade podia requerer afastamento para realizar a formação na Escola Normal. Este é o caso do professor José Manoel de França Junior, membro de uma família de professores, que obteve licença para cursar a Escola Normal na Capital no ano de 1887. Conforme noticiado⁶⁵:

Partiu hontem para S. Paulo, onde vae estudar na Escola Normal, o sr. José Manoel de França Junior, professor publico da 1ª. cadeira desta cidade. Applaudindo o acertado passo do nosso dedicado companheiro e amigo, antepomos ás saudades que ele nos deixa durante uma temporaria separação, o desejo sincero que nutrimos por vê-lo possuidor de um titulo scientifico, para obtenção do qual não lhe falta muito, pois é-lhe reconhecido o amor com que sempre se dedicou ao estudo, adquirido por sua própria força de vontade e inteligência (FRANÇA JUNIOR, 1887, p. 3).

Conforme podemos identificar nesse trecho, o professor assumiu a cadeira do sexo masculino de Piracicaba e somente depois ingressou na Escola Normal da Capital para se qualificar. A licença para realizar esse curso lhe foi concedida pelo Governo Provincial de São Paulo no início de 1887⁶⁶, ou seja, três anos após ter assumido a cadeira da escola localizada na região central da cidade. Em fevereiro, foi nomeado o professor José Firmino de Almeida Leite para substituí-lo durante esse período de licença. Outro aspecto que chama a atenção são os elogios consistentes endereçados pelo jornal ao professor, e a considerar que foi utilizada pelo articulista a palavra “amigo”, depreende-se que a notícia não fora desprovida de imparcialidade, daí o tecimento de elogios e a ênfase no deslocamento do professor com a finalidade de estudo

⁶³ PROFESSOR PUBLICO (a). Gazeta de Piracicaba, Piracicaba, Noticias, p. 2, 03 jun. 1883.

⁶⁴ PROFESSOR PUBLICO (b). Gazeta de Piracicaba, Piracicaba, Noticias, p. 2, 16 mar. 1884.

⁶⁵ FRANÇA JUNIOR. Gazeta de Piracicaba, Piracicaba, Noticiario, p. 3, 11 jan. 1887.

⁶⁶ MATRICULA. Gazeta de Piracicaba, Piracicaba, Noticiario, p. 2, 25 jan. 1887.

na Capital. E, de fato, em notícia de 22/08/1883⁶⁷, também é mencionado que o referido professor é companheiro de redação do periódico *Gazeta de Piracicaba*.

A profissão de professor/a, em muitos casos, trazia inconvenientes, que embaraçavam a execução do ofício. Assim, passamos para a parte seguinte, onde exploraremos melhor essa questão.

4.3 Dificuldades no exercício da profissão do magistério

A Professora Thereza Christina dos Reis Teixeira é uma personagem que pode ser extraída dessas fontes documentais para ilustrar algumas dificuldades enfrentadas por aqueles que decidiam seguir o percurso do magistério no final do século XIX. Suas empreitadas, a despeito das críticas que sofrera, sinalizavam o enfrentamento de uma sorte de dificuldades, como, por exemplo, a falta de estrutura para exercício da profissão.

Ao chegar à cidade para assumir a cadeira de ambos os sexos da Rua do Porto, no ano de 1884, a professora percebeu que não havia condições para lecionar naquelas instalações. Os vizinhos da escola informaram-na acerca dos problemas relacionados às recorrentes enchentes e moléstias que acometiam aquele lugar (PIRES, 2009). As enchentes eram inclusive relatadas em notícias de jornal. Em uma delas⁶⁸ o autor chega a mencionar que animais subiam aos telhados das casas para obter abrigo das enchentes da Rua do Porto.

Diante daquele cenário que se lhe apresentava, sendo mãe de quatro filhos e tendo acabado de chegar ao município, a professora constatara que seriam necessárias novas instalações para poder dar início às suas funções de modo apropriado (PIRES, 2009). A princípio, ela até considerou permanecer na Rua do Porto, desde que o proprietário da casa onde funcionaria a escola realizasse algumas reformas, que ela então julgara necessárias. Todavia, em meio à execução das obras contratadas pelo dono do imóvel, a professora desistira de permanecer ali e se mudara para a Rua do Rosário, numa parte mais elevada da cidade. Isso causou grande indignação no articulista do jornal *Gazeta de Piracicaba*, que dedicou pelo menos duas edições a criticar a conduta da “transgressora” (termo utilizado na notícia)⁶⁹.

Após mudança para a Rua do Rosário, localizada no centro da cidade, Thereza Christina efetuou uma segunda mudança, dessa vez para a Rua Direita⁷⁰ – ainda mais longe do local original. Segundo o periódico, devido a essa conduta “transgressora”, a escola passou a

⁶⁷ PRIMEIRA CADEIRA PUBLICA DE PIRACICABA. *Gazeta de Piracicaba*, Piracicaba, Noticias, p. 3, 22 ago. 1883.

⁶⁸ A ENCHENTE. *Gazeta de Piracicaba*, Piracicaba, Noticiario, p. 2, 11 jan. 1887.

⁶⁹ A ESCOLA DA RUA DO PORTO (a). *Gazeta de Piracicaba*, Piracicaba, Noticiario, p. 2, 03 out. 1884.

⁷⁰ Atual Rua Moraes Barros, a Rua Direita ligava o rio de Piracicaba ao centro da cidade.

funcionar a 204 braças de onde deveria, ou seja, a uma distância de aproximadamente 373 metros, em terreno íngreme, distância considerada elevada se comparada ao tamanho da área urbana no período. O articulista aproveitou para afirmar que a lei no município era praticamente letra morta, posto que a lei provincial que criou a cadeira determinava expressamente que esta deveria funcionar na Rua do Porto e, com essa atitude de violação por parte da professora, estaria aberto o precedente para que outros/as professores/as de localidades afastadas (como o Bairro Alto – área de chácaras - ou a circunscrição do Salto – também à beira do rio, igual ao endereço primeiro da escola, mas em torno de 600 metros de distância desta) também pudessem transferir a instalação de suas aulas para onde bem lhes aprouvesse.

A notícia, de 29 de agosto de 1884⁷¹, ainda observa que, como na cidade não havia inspetor de instrução pública, o jornal apresentava o caso à consideração da Câmara Municipal, que seria, pelo que pudemos apreender, a instância responsável pela fiscalização das questões da instrução pública do município. Esta, por sua vez, deveria remeter o caso à Inspetoria Geral da Instrução Pública provincial.

Essa situação, acima referida, nos remete a considerar as agruras do cotidiano dos professores, em especial das professoras daquele momento histórico. Embora houvesse uma parcela da sociedade voltada à defesa da educação para mulheres, os documentos da pesquisa apontam que essa abertura ainda revelava resistências à ideia de instrução do espírito feminino, como é possível identificar na edição do periódico *Gazeta de Piracicaba*, de 1º de julho de 1882⁷²:

[...] houve epocha em que se questionavam formalmente si a mulher tinha ou não alma; e ainda chegaram alguns *Doutores* a duvidar si este ser encantador, pertencia ao genero humano [...]

Instruir a mulher da maneira futil e ligeira que hoje se faz, é impulsal-a n'uma senda de desgraças e de dores, o anjo terno só se acha a desmoralisação, a morte da sociedade; imaginar que da mulher pode fazer-se um ser livre e independente, que por si só possa marchar, sem ter em conta para nada a união com seu protector natural, é uma aberração que a conduz por diversos caminhos ás mesmas desgraças, ás mesmas dores, ás fataes e funestas consequencias que todos hoje deploramos (THOMASSINI, 1882, p. 1).

O trecho acima nos possibilita acessar a perspectiva sob a qual a mulher era encarada naquele momento histórico, sobretudo, no tocante às tímidas relações que lhe era permitido estabelecer com a educação. Assim, quando nos remetemos às refratárias investidas da

⁷¹ A CADEIRA DA RUA DO PORTO. *Gazeta de Piracicaba*, Piracicaba, Notícias, p. 2, 29 ago. 1884.

⁷² THOMASSINI, Thomas Boada de. Importância, Objecto e Fim da Educação na Epocha Presente. *Gazeta de Piracicaba*, Piracicaba, Colaboração, p. 1, 01 jul. 1882.

Professora Thereza Christina, no intuito de obter instalações adequadas para a sua cadeira, podemos ter a dimensão do quão árdua fora a sua empresa. Daí a enxurrada de críticas e acusações disparadas contra ela pelo jornal *Gazeta de Piracicaba*, posto que em suas atitudes podia-se identificar a presença de uma figura “livre e independente”, conforme descrito no artigo em questão, o que era, à época, objeto de reprovação.

Interessante notar que não encontramos referências à figura do marido dessa professora, ou seja, seu “protetor natural”, expressão utilizada pelo jornal. Thereza Christina enfrentou publicamente essas críticas sozinha, pelo que pudemos encontrar nos documentos levantados. Suas atitudes chegaram a inspirar a iniciativa de outros professores a solicitar transferência de localidade pois, após algumas reviravoltas, no final do ano de 1885, mais precisamente em novembro, houve autorização do inspetor literário, Canuto Saraiva, para que tanto a Professora Thereza Christina, quanto outro professor da Rua do Porto (Antonio de Mello Cotrim), mudassem suas escolas para a Rua Direita, ficando mais centralizados e abrigados das enchentes e mazelas que acometiam a Rua do Porto⁷³.

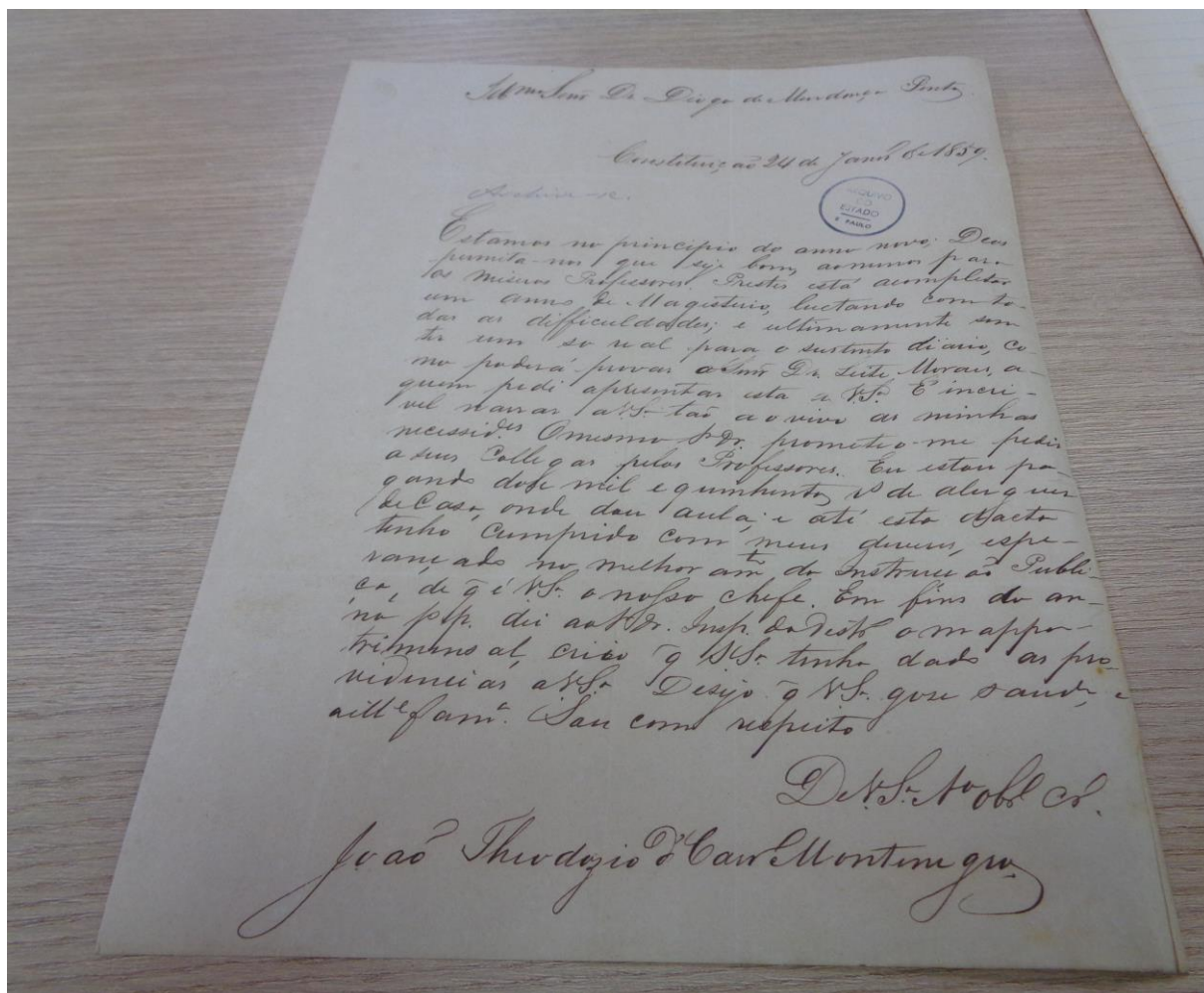
Segundo dados do periódico piracicabano, a professora Thereza Christina permaneceu responsável pela cadeira da Rua do Porto de 1884 a 1889, e nesse último ano de atuação sua escola contava com 52 alunos, o que é um número relativamente elevado, posto que segundo dados levantados por Martin (2020), a 1ª cadeira feminina de Piracicaba, por exemplo, apresentou a seguinte oscilação de matrículas: 1883 / 51 alunas; 1884 / 36 alunas; 1888 / 47 alunas; e 1889 / 33 alunas.

Outro elemento presente na documentação levantada se refere às dificuldades financeiras que acometiam os/as professores/as. Seus parcos vencimentos eram mais um óbice ao pleno desenvolvimento das potencialidades docentes. Para ilustrar esse problema, trazemos uma carta redigida pelo professor João Theodozio de Carvalho Montenegro – figura anteriormente evocada quando tratamos da moralidade docente.

Na Figura 3 é possível identificar uma correspondência encaminhada pelo Prof. João Theodozio ao Inspetor Geral da Instrução Pública, Diogo de Mendonça Pinto, datada de 24 de janeiro de 1859, em que relata que mais um ano se iniciava e que esperava que fosse bom para os professores. Ademais, mencionava que lutava com todas as dificuldades e que pagava doze mil e quinhentos réis de aluguel na casa onde dava suas aulas.

⁷³ MUDANÇA DE ESCOLAS. *Gazeta de Piracicaba*, Piracicaba, Noticiário, p. 2, 29 nov. 1885.

Figura 3 - Carta do Professor João Theodozio ao Inspetor Geral da Instrução Pública mencionando o enfrentamento de dificuldades.



Fonte: Arquivo Público do Estado de São Paulo - Caixa nº C05084.

O professor, logo no início do documento, manifestava esperanças de que o ano que despontava fosse melhor para si e para seus colegas de profissão:

Estamos no princípio do anno novo; Deus permita-nos que seja bom, ao menos para os míseros professores. Prestes está a completar um anno de magistério, luctando contra todas as dificuldades; e ultimamente sem ter um só real para o sustento diário [...].

Esse relato entra em consonância com o que atesta a historiografia, conforme já expusemos na primeira seção. Os/as professores/as eram mal remunerados, e ainda assim lhes cabia providenciar um espaço minimamente “adequado” para ministrar as aulas às crianças matriculadas. No documento em questão, ao utilizar a expressão “míseros professores” e

mentonar que não dispõe de recursos sequer para se encarregar de seu sustento diário, João Theodozio ainda informa que pagava à época 12.500 réis de aluguel. Não temos, para o ano em questão, uma tabela de vencimentos exata para fins de comparação, mas, por aproximação cronológica, segundo a Lei Provincial n.º 34, expedida em 16 de março de 1846 (SÃO PAULO (Província), 1846), os ordenados fixos anuais dos/as professores/as públicos das cidades eram de 400 a 500 mil réis. Já no caso das vilas, de 300 a 400 mil réis. Vale destacar que Piracicaba elevou-se à categoria de cidade em 1856, a saber, três anos antes da redação dessa carta pelo professor em questão.

Segundo Escolano (2017), os escritos e as vozes, ou seja, os testemunhos que as fontes documentais nos fornecem são elementos que nos dão a conhecer a cultura escolar da qual faziam parte. Assim, pelo que podemos perceber com base no que foi consultado, a cultura escolar piracicabana era constituída, entre múltiplos aspectos, pela figura de docentes dinâmicos, que se viam às voltas com dificuldades financeiras, diante de insatisfatórias ou não plenamente satisfatórias instalações de trabalho, tendo que lidar ainda com conjunturas políticas que dificultavam ou favoreciam suas condições laborais.

Isso ocorreu, por exemplo, com a Profa. Thereza Christina, que somente conseguiu mudar a localização de sua cadeira após mudanças de agentes na estrutura da instrução pública municipal. Já no caso do Professor João Theodozio, embora ele tenha sido alvo de acusações direcionadas à sua conduta moral, pelo já mencionado episódio dos recados enviados durante suas aulas, também enfrentou dificuldades financeiras decorrentes de baixa remuneração, o que pode ter sido um elemento desmotivador no que toca à sua conduta.

Quando trazemos para o texto o adjetivo “dinâmicos” referimo-nos não apenas à perspectiva da resiliência humana diante de tamanhos percalços, mas também à disposição para mudança de localidade quando as circunstâncias assim demandavam – como, por exemplo, os deslocamentos de Thereza Christina; as remoções e transferências de normalistas como Frederico Guilherme Hoppe, Idalina Ferreira de Paula e Augusto Cesar de Arruda Castanho. Não que isso fosse uma característica exclusiva dos piracicabanos, mas certamente era um fenômeno presente e observável naquele espaço pedagógico.

Assim, é lícito dizer que ser professor/a envolvia lidar com inumeráveis dificuldades e isso não mudou, mesmo com a passagem de dois séculos. Novamente, ao evocarmos Escolano (2017), podemos afirmar que se determinadas condutas e atitudes sobreviveram historicamente, isso se deu em virtude de resposta a algumas necessidades conjunturais, que não deixaram de existir ao longo de todo esse tempo, a saber, a necessidade de se lidar com as precárias condições do trabalho docente, falta de recursos e ausência de priorização política das causas

educacionais (como discursou Prudente de Moraes em sessão da Assembleia Provincial de São Paulo, no momento em que defendeu a criação de mais uma cadeira em Campinas/SP). Mesmo contando com a presença do pensamento republicano (que se ocupava da defesa da educação do povo) e com a iniciativa de pessoas afeitas às questões da instrução pública – Piracicaba ainda careceu de recursos necessários ao provimento de condições ideais para o exercício do magistério – embora estivesse muito bem em comparação a outras localidades da Província/do Estado de São Paulo. Esse é um dos aspectos que podemos utilizar para apontar que assim foi-se decantando historicamente o que conhecemos por educação.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta dissertação de mestrado buscou apresentar resultados de investigação referentes à escolarização pública primária em Piracicaba/SP, no período de 1857 a 1897. Para tal propósito, foram utilizados procedimentos metodológicos de pesquisa histórica, documental e bibliográfica.

Sem dúvida, cabe mencionar que, muitas foram as dificuldades enfrentadas no tocante à realização desta pesquisa. Entre elas, uma das mais presentes, a complexidade de leitura e decodificação de alguns dos documentos manuscritos localizados no Arquivo Público do Estado de São Paulo. A principal dificuldade foi realizar a bricolagem dos elementos presentes nas fontes encontradas, tão cheios de lacunas, e construir uma narrativa em que um quadro pudesse ser compreendido.

O objetivo dessa pesquisa consistiu em compreender as formas pelas quais se estabeleceu a escolarização pública primária em Piracicaba, pela análise da figura do/a professor/a. Com base na documentação levantada e analisada, pôde-se constatar que a criação e supressão de escolas no município foi um processo muito dinâmico, que sofreu grande instabilidade, o que resultou numa visível variação numérica ao longo do período. Não foi possível localizar dados quantitativos referentes a cada um dos anos abrangidos no recorte desta pesquisa, todavia, ainda assim a oscilação fez-se perceptível.

Como objetivos específicos, buscamos identificar o tempo e o espaço dessas escolas e compreender alguns elementos constitutivos de sua cultura escolar, a partir da figura do/a professor/a. Focamos nossa atenção na questão da figura docente a fim de apresentar esse profissional como agente que, por meio de sua interação naquele espaço pedagógico, fabricava elementos da cultura escolar piracicabana. Cabe destacar que, voltar o foco para a investigação da figura docente piracicabana revelou-se um aspecto de grande potencial para a pesquisa. Muitos são os elementos que se podem extrair a partir dessa perspectiva de busca e, desse modo, voltamo-nos à consideração da moralidade docente e das dificuldades do exercício da profissão do magistério àquela época. Diante disso, partimos da apresentação da condição do que era ser professor/a naquele momento histórico para que então pudéssemos apresentar uma parte desse cenário da cultura escolar de Piracicaba.

Na primeira seção, intitulada “Aprender a ler, escrever e contar entre o Império e a República (1857-1897)”, foi traçado um panorama geral, subsidiado pelo resgate da legislação educacional que orientou o período proposto. Nessa parte do texto, foram trazidos elementos que pudessem contar um pouco da história do que era ler, escrever e contar entre o Império e a

República. Assim, falamos de analfabetismo; da escolarização primária no Oitocentos; da formação de professores/as; e das formas de ingresso nas cadeiras públicas de primeiras letras.

A segunda seção, intitulada “Escarolarização primária em Piracicaba”, voltou-se especificamente para a escolarização primária naquele município. Foram trazidos dados referentes a algumas de suas escolas e para melhor compreensão da constituição do cenário educacional piracicabano, também tratamos de duas instituições de ensino primário mantidas por entidades religiosas, que tiveram grande relevância local. Foram elas o Colégio Piracicabano (protestante) e o Colégio Assunção (católico).

Já na terceira seção, denominada “A figura do professor no contexto piracicabano”, foi abordada a figura desse profissional, que conforme definição de Escolano (2017), é o agente primário da cultura escolar. Assim, a figura docente foi mobilizada nesta pesquisa como elemento emblemático da cultura escolar naquele tempo/espço. Aspectos do cotidiano de sua profissão como, por exemplo, posturas de resistência às determinações impostas pela legislação, conduta moral requerida (e vigiada) e dificuldades implicadas no exercício de seu ofício docente foram aqui evocados a fim de propiciar a compreensão desse quadro educacional, com base na História Cultural.

Com base em tudo que foi levantando, lido e analisado para a elaboração desta dissertação, pudemos constatar que, em linhas gerais, Piracicaba, apesar de sua condição interiorana, estava relativamente bem provida no quesito educacional, mesmo com certos obstáculos, pois, em dado momento, esteve à frente de Campinas, município com maior população, ao contar com duas cadeiras públicas de primeiras letras, quando esta tinha apenas uma. Seus feitos em termos de educação puseram-na em destaque na virada do século XIX para o XX, posto que as estatísticas davam mostras de que o município caminhava muito bem nesse aspecto.

Outra constatação propiciada pela pesquisa foi a de que a configuração do quadro de escolas públicas primárias de Piracicaba sofreu grande instabilidade. Escolas foram criadas, suprimidas e algumas encontraram-se desprovidas por algum tempo, o que impactou na oferta de escolarização às crianças da localidade.

Verificaram-se outros elementos no âmbito da consideração da figura docente. Ser professor/a em Piracicaba, naquele momento histórico, representou o enfrentamento de dificuldades de ordem estrutural, material e política. E ser professora, dada a época, foi um processo ainda mais complexo, pois suas liberdades eram mais cerceadas e as possibilidades de ascensão na carreira muito escassas. Os professores/as piracicabanos, quando normalistas, recebiam menção de destaque no jornal local. Iniciativas de afastamento para cursar a Escola

Normal de São Paulo ou assistir às aulas da Escola Modelo (anexa àquela) costumavam ser acolhidas por parte das autoridades administrativas da Instrução Pública.

Por fim, cabe apontar que a presença de influentes políticos republicanos no município teve sua importância, segundo as fontes analisadas, uma vez que isso impactou nas iniciativas e políticas voltadas para a esfera educacional – o que não significa a ausência de outras frentes na batalha pela criação e provimento de escolas públicas na localidade. Os Moraes Barros, segundo os documentos levantados, promoveram, por exemplo, ações como doação de recursos e votação de medidas favoráveis às causas do ensino primário. O jornal *Gazeta de Piracicaba*, mantido por políticos republicanos, também defendeu de forma patente a relevância da educação no município.

Desse modo, buscamos contribuir para resgatar uma parte da história da educação em Piracicaba. Certamente ainda há muitas lacunas a serem preenchidas, bem como questões que não puderam ser respondidas. Uma delas é conhecer melhor quem eram os alunos desta escola e seus pertencimentos, bem como as formas como eram realizados os agenciamentos. Mas, mencionamos aqui ao menos apresentar alguns elementos desse cenário sob o prisma da História Cultural.

REFERÊNCIAS

Fontes Documentais

A PROVINCIA DE SÃO PAULO (1875-1897). Disponível em: <<https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/18891002-4350-nac-0002-999-2-not>>. Acesso em: 20 nov. 2019.

ANAIS DA ASSEMBLEIA PROVINCIAL DE SÃO PAULO (1869). Disponível em: <<https://app.al.sp.gov.br/acervohistorico/base-de-dados/imperio/anais/>>. Acesso em: 10 mar. 2019.

ATAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE PIRACICABA (1882 – 1897). (Arquivo Público Municipal de Piracicaba).

GAZETA DE PIRACICABA (1882-1897). (Acervo do Instituto Histórico e Geográfico de Piracicaba).

OFÍCIOS SOBRE EDUCAÇÃO PÚBLICA (1851-1895). (Acervo do Arquivo Público do Estado de São Paulo).

Legislação

BRASIL. **Constituição Política do Imperio do Brazil de 1824**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao24.htm>. Acesso em: 10 set. 2019.

_____. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 1891**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/Constituicao/Constituicao91.htm>. Acesso em: 10 dez. 2017.

_____. **Lei de 15 de outubro de 1827**. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei_sn/1824-1899/lei-38398-15-outubro-1827-566692-publicacaooriginal-90222-pl.html>. Acesso em: 10 dez. 2017.

_____. **Lei Orgânica dos municípios, de 1 de outubro de 1828**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/LIM-1-10-1828.htm>. Acesso em: 15 fev. 2019.

_____. **Lei n.º 16, de 12 de agosto de 1834**. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/leimp/1824-1899/lei-16-12-agosto-1834-532609-publicacaooriginal-14881-pl.html>>. Acesso em: 05 fev. 2019.

_____. **Decreto de 17 de janeiro de 1809**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Atos/dim/1809/DIM-17-1-1809.html>. Acesso em: 11 nov. 2019.

_____. **Decreto de 7 de agosto de 1832.** Disponível em: <https://www.camara.leg.br/Internet/InfDoc/conteudo/colecoes/Legislacao/legimp-15/Legimp-15_5.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2017.

_____. **Decreto n.º 1.331-A, de 17 de fevereiro de 1854.** Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-1331-a-17-fevereiro-1854-590146-publicacaooriginal-115292-pe.html>>. Acesso em: 02 out. 2019.

_____. **Decreto n.º 7.247, de 19 de abril de 1879.** Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-7247-19-abril-1879-547933-publicacaooriginal-62862-pe.html>>. Acesso em: 02 out. 2019.

_____. **Decreto n.º 3.029, de 9 de janeiro de 1881.** Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-3029-9-janeiro-1881-546079-publicacaooriginal-59786-pl.html>>. Acesso em: 15 jun. 2019.

_____. **Decreto n.º 346, de 19 de abril de 1890.** Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-346-19-abril-1890-513750-publicacaooriginal-1-pe.html#:~:text=Veja%20tamb%C3%A9m%3A-,Decreto%20n%C2%BA%20346%2C%20de%2019%20de%20Abril%20de%201890,Instruc%C3%A7%C3%A3o%20Publica%2C%20Correios%20e%20Telegraphos.&text=%C2%A7%201%C2%BA%20O%20respectivo%20Ministro,e%20vencimentos%20dos%20outros%20Ministros>>. Acesso em: 10 dez. 2019.

SÃO PAULO (Estado). **Constituição do Estado de São Paulo de 1891.** Disponível em: <<https://www.al.sp.gov.br/leis/constituicoes/constituicoes-antiores/constituicao-estadual-1891/>>. Acesso em: 10 set. 2019.

SÃO PAULO. (Província). **Lei n.º 9, de 24 de março de 1835.** Disponível em: <<https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/1835/lei-9-24.03.1835.html>>. Acesso em: 30 mar. 2020.

_____. **Lei n.º 34, de 16 de março de 1846.** Disponível em: <<https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/1846/lei-34-16.03.1846.html>>. Acesso em: 30 mar. 2020.

_____. **Lei n.º 9, de 22 de março de 1874.** Disponível em: <<https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/1874/lei-9-22.03.1874.html>>. Acesso em: 30 out. 2018.

_____. **Lei n.º 8, de 15 de fevereiro de 1884.** Disponível em: <<https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/1884/lei-8-15.02.1884.html>>. Acesso em: 30 mar. 2020.

_____. **Lei n.º 81, de 06 de abril de 1887.** Disponível em: <<https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/1887/lei-81-06.04.1887.html>>. Acesso em: 07 maio 2019.

_____. **Ofício de José Joaquim Rodrigues Lopes** – Inspetor de Distrito. 18 jun. 1857. Arquivo Público do Estado de São Paulo: Caixa C05084 - Instrução Pública de Piracicaba.

SÃO PAULO. (Estado). **Lei n. 88, de 8 de setembro de 1892.** Disponível em: <<https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/1892/lei-88-08.09.1892.html>>. Acesso em: 02 mar. 2020.

_____. **Lei n.º 169, de 7 de agosto de 1893.** Disponível em: <<https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/1893/lei-169-07.08.1893.html>>. Acesso em: 03 set. 2017.

_____. **Decreto n.º 27, de 12 de março de 1890.** Disponível em: <<https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1890/decreto-27-12.03.1890.html>>. Acesso em: 30 out. 2018.

_____. **Decreto n.º 33, de 20 de março de 1890.** Disponível em: <<https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1890/decreto-33-20.03.1890.html>>. Acesso em: 30 mar. 2020.

_____. **Decreto n.º 140, de 21 de março de 1891.** Disponível em: <<https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1891/decreto-140-21.03.1891.html>>. Acesso em: 30 mar. 2020.

_____. **Decreto n.º 144-B, de 30 de dezembro de 1892.** Disponível em: <<https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1892/decreto-144B-30.12.1892.html>>. Acesso em: 10 dez. 2019.

Bibliografia

A CADEIRA DA RUA DO PORTO. **Gazeta de Piracicaba**, Piracicaba, Notícias, p. 2, 29 ago. 1884.

ACADEMIA BRASILEIRA DE DIREITO DO TRABALHO. **Rui Barbosa.** Disponível em: <<http://www.andt.org.br/academicos/ruy-barbosa>>. Acesso em: 10 out. 2020.

ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS. **Biografia - José Bonifácio de Andrada e Silva, o Moço.** Disponível em: <<http://www.academia.org.br/academicos/jose-bonifacio-o-moco/biografia>>. Acesso em: 17 dez. 2019.

A ENCHENTE. **Gazeta de Piracicaba**, Piracicaba, Noticiário, p. 2, 11 jan. 1887.

A ESCOLA DA RUA DO PORTO (a). **Gazeta de Piracicaba**, Piracicaba, Noticiário, p. 2, 03 out. 1884.

A ESCOLA DA RUA DO PORTO (b). **Gazeta de Piracicaba**, Piracicaba, p. 2, 31 dez. 1884.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO - ALESP. **Arthur Breves.** Disponível em: <<https://app.al.sp.gov.br/acervohistorico/base-de-dados/republica-velha/deputados/primeira-legislatura-1891-1892-deputados-constituintes/>>. Acesso em: 14 abr. 2020.

_____. **Prudente de Moraes:** parlamentar da província de São Paulo (1868-1889). São Paulo: Alesp, 2004. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/acervo-historico/publicacoes/Livros/Prudente_de_Moraes.pdf>. Acesso em: 01 out. 2019.

ARAÚJO, Gilda Cardoso de. **Políticas educacionais e Estado federativo:** conceitos e debates sobre a relação entre município, federação e educação no Brasil. Curitiba: Appris, 2013. (Coleção Educação).

BELLOTTTO, Heloísa Liberalli. **Arquivos permanentes**: tratamento documental. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

BLOCH, Marc Leopold Benjamin. **Apologia da história, ou, O ofício de historiador**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BRAGANÇA, Fábio Ferreira Coelho. Consolidação das Leis Municipais de Piracicaba: aspectos históricos. In: SILVA, Darci Marques da. **Consolidação das Leis do Município de Piracicaba**. Piracicaba: Gr, 2008. p. 49-86.

BREVES, Arthur. Instrução Publica. **A Província de São Paulo**, São Paulo, p. 2, 02 out. 1889.

BURKE, Peter. **O que é História Cultural?** 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

CÂMARA MUNICIPAL DE PIRACICABA. **Antonio de Barros Ferraz**. Disponível em: <https://historia.camarapiracicaba.sp.gov.br/vereador/43-antonio_de_barros_ferraz>. Acesso em: 24 ago. 2019.

_____. **Carlos de Arruda Botelho**. Disponível em: <http://historia.camarapiracicaba.sp.gov.br/vereador/106-carlos_jose_de_arruda_botelho>. Acesso em: 25 ago. 2020.

_____. **Estevão Ribeiro de Souza Rezende**. Disponível em: <https://historia.camara.piracicaba.sp.gov.br/vereador/139-estevao_ribeiro_de_souza_rezende>. Acesso em: 24 ago. 2019.

_____. **Manoel de Moraes Barros**. Disponível em: <https://historia.camarapiracicaba.sp.gov.br/vereador/346-manoel_de_morais_barros>. Acesso em: 24 ago. 2020.

_____. **Paulo de Moraes Barros**. Disponível em: <https://historia.camarapiracicaba.sp.gov.br/vereador/395-paulo_de_moraes_barros>. Acesso em: 13 set. 2019.

_____. **Paulo Pinto de Almeida**. Disponível em: <https://historia.camarapiracicaba.sp.gov.br/vereador/398-paulo_pinto_de_almeida>. Acesso em: 24 ago. 2019.

_____. **Prudente José de Moraes Barros**. Disponível em: <https://historia.camara.piracicaba.sp.gov.br/vereador/411-prudente_jose_de_moraes_barros>. Acesso em: 23 ago. 2019.

CARVALHO, Marta Maria Chagas de. Uma biblioteca pedagógica francesa para a Escola Normal de São Paulo (1882): livros de formação profissional e circulação de modelos culturais. In: BENCOSTA, Marcus Levy (org.). **Culturas escolares, saberes e práticas educativas**: itinerários históricos. São Paulo: Cortez, 2007. p. 17-41.

CASTANHO, Augusto. Reforma da Instrução. **Gazeta de Piracicaba**, Piracicaba, Colaboração, p. 1, 24 mar. 1886.

CONSELHO DE INSTRUÇÃO. **Gazeta de Piracicaba**, Piracicaba, Noticiário, p. 2, 30 nov. 1887.

DIAS, Marcia Hilsdorf. Escola Normal de São Paulo do Império: entre a metáfora das luzes e a história republicana. In: ARAUJO, José Carlos Souza; FREITAS, Anamaria Gonçalves;

Bueno de; LOPES, Antônio de Pádua Carvalho (org.). **As Escolas Normais no Brasil: do Império à República**. Campinas: Alínea, 2008. p. 74-89.

ELIAS NETTO, Cecílio. **Almanaque 2000: Memorial de Piracicaba – Século XX**. Piracicaba: Editora Unimep, 2000.

_____. **Memorial Piracicaba 2002 – Barão de Serra Negra**. Piracicaba: ICEN, 2002.
Disponível em: <<https://www.aprovincia.com.br/memorial-piracicaba/almanaque/quem-era-o-barao-de-serra-negra-24825/>>. Acesso em: 24 ago. 2019.

ESCOLANO, Agustín. **A escola como cultura: experiência, memória e arqueologia**. Campinas: Alínea, 2017.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. Instrução elementar no século XIX. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes (org.). **500 anos de educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2016. p.135-150.

_____. **Dos pardieiros aos palácios: forma e cultura escolares em Belo Horizonte (1906/1918)**. 2. ed. Uberlândia: Edufu, 2014.

FERRONATO, Cristiano de Jesus. **Construindo uma nova ordem: o debate educacional na Assembléia Constituinte de 1823**. 2006. 165 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2006.

FORQUIN, Jean-Claude. **Escola e cultura: as bases sociais e epistemológicas do conhecimento escolar**. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1993.

FRANÇA JUNIOR. **Gazeta de Piracicaba**, Piracicaba, Noticiário, p. 3, 11 jan. 1887.

FREIRE, Eleta de Carvalho. Mulher no Magistério: uma história de embates entre espaço público e espaço privado. **Lugares de Educação**, Bananeiras, v. 1, n. 2, p. 239-256, jul./dez. 2011. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/rle/article/view/10971/7273>>. Acesso em: 03 jun. 2019.

FREQUENCIA NAS ESCOLAS PUBLICAS. **Gazeta de Piracicaba**, Piracicaba, Noticiário, p. 2, 27 ago. 1882.

FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO. **José Maria da Silva Paranhos Júnior - Barão de Rio Branco** Disponível em: <<http://www.funag.gov.br/chdd/index.php/personalidades-historicas?id=132>>. Acesso em: 11 nov. 2020.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. **Atlas Histórico do Brasil – Rangel Pestana**. Disponível em: <<https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/PESTANA,%20Rangel.pdf>>. Acesso em: 13 set. 2019.

GALLEGO, Rita de Cassia. **Tempo, temporalidades e ritmos nas escolas primárias públicas em São Paulo: heranças e negociações (1846-1890)**. 2008. 387 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

GIGLIO, Célia Maria Benedicto. Inspeção e produção de um modelo escolar: a instrução pública na província de São Paulo (Brasil, 1836-1876). In: CARVALHO, Marta Maria Chagas de; PINTASSILGO, Joaquim (org.). **Modelos culturais, saberes pedagógicos,**

instituições educacionais. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo/FAPESP, 2011. p. 105-134.

_____. A inspeção da instrução pública na província de São Paulo (1836 – 1876). **Revista Linhas**, Florianópolis, v. 18, n. 36, p. 64-95, jan./abr. 2017.

GONÇALVES NETO, Wenceslau. O município e a educação em Minas Gerais – a implementação da instrução pública no início do período republicano. In: GONÇALVES NETO, Wenceslau; CARVALHO, Carlos Henrique de (org.). **O Município e a educação no Brasil: Minas Gerais na Primeira República.** Campinas: Alínea, 2012. p. 23-42.

GONDRA, José Gonçalves; SCHUELER, Alessandra. **Educação, poder e sociedade no Império brasileiro.** São Paulo: Cortez, 2008. (Biblioteca básica da história da educação brasileira).

HILSDORF, Maria Lucia Spedo. **História da educação brasileira: leituras.** São Paulo: Cengage Learning, 2017.

HONORATO, Tony. **Escola Complementar e Normal de Piracicaba: formação, civilidade e poder (1897-1921).** 2011. 254 f. Tese (Doutorado) - Curso de Educação Escolar, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Araraquara, 2011.

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE PIRACICABA (2015). **Augusto César de Arruda Castanho.** Disponível em: <http://wiki.ihgp.org.br/CASTANHO,_Augusto_C%3A9sar_de_Arruda>. Acesso em: 30 jul. 2019.

INSTRUCÇÃO PUBLICA. **Gazeta de Piracicaba**, Piracicaba, Noticiario, p. 2, 13 set. 1887.

JULIA, Dominique. A cultura escolar como objeto histórico. **Revista Brasileira de História da Educação**, Campinas, v. 1, n. 1, p. 9-43, jan. 2001. Disponível em: <<http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/rbhe/article/view/38749>>. Acesso em: 20 jul. 2019.

KREUTZ, Lúcio. A educação de imigrantes no Brasil. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes (org.). **500 anos de educação no Brasil.** Belo Horizonte: Autêntica, 2016, p.347-370.

LEÃO, Michele de. Lei Saraiva (1881): o analfabetismo é um problema nacional. In: ANPED SUL - SEMINÁRIO DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO DA REGIÃO SUL, 2012, Caxias do Sul. **Anais...** Caxias do Sul: UCS, 2012. p. 1-11. Disponível em: <<http://www.ucs.br/etc/conferencias/index.php/anpedsul/9anpedsul/paper/viewFile/929/48>>. Acesso em: 03 jun. 2019.

LUIZ DE QUEIROZ. **A Província** (2012). Disponível em: <<https://www.aprovincia.com.br/memorial-piracicaba/gente-nossa/luiz-de-queiroz-3043/>>. Acesso em: 24 ago. 2020.

MAGALHÃES, Justino Pereira. O município liberal e a decisão política. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n. 54, p. 05-14, dez. 2013. Disponível em: <<http://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8640164/7723>>. Acesso em: 25 maio 2020.

MAIS UMA ESCOLA. **Gazeta de Piracicaba**, Piracicaba, Noticiario, p. 2, 06 fev. 1884.

MARTIN, Carolina. **A expansão da educação escolar no município de Piracicaba/SP (1880-1910):** protagonismo da câmara municipal, governo provincial/estadual, iniciativa privada e particulares. 2020. 301 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Metodista de Piracicaba, Piracicaba, 2020.

MATRICULA. **Gazeta de Piracicaba**, Piracicaba, Noticiário, p. 2, 25 jan. 1887.

MONARCHA, Carlos. **Escola Normal da praça: o lado noturno das luzes.** Campinas: Editora da Unicamp, 1999.

_____. **A instrução pública nas vozes dos portadores de futuros.** (Brasil - séculos XIX e XX). Uberlândia: EDUFU, 2016. (Coleção História, Pensamento, Educação. Série novas investigações, v.8).

MUDANÇA DE ESCOLAS. **Gazeta de Piracicaba**, Piracicaba, Noticiário, p. 2, 29 nov. 1885.

NÓVOA, Antonio. Para um estudo sócio-histórico da gênese da profissão docente. **Teoria & Educação**, Porto Alegre, n. 4, p. 109-139, 1991.

PERECIN, Marly Therezinha Germano. **A síntese urbana.** Piracicaba: Instituto Histórico e Geográfico de Piracicaba, 2009.

PINTO, Márcio Alexandre da Silva. Evolução do Direito Constitucional da Cidadania Brasileira. **Revista da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Uberlândia**, Uberlândia, v. 43, n. 1, p.1-27, jan./jun. 2015.

PIRES, Cibélia Renata da Silva. A instrução pública em Piracicaba no Século XIX: o papel da escola. **Revista On Line do Arquivo Público do Estado de São Paulo**, São Paulo, n. 34, p.1-8, jan. 2009. Disponível em: <<http://www.historica.arquivoestado.sp.gov.br/materias/anteriores/edicao34/materia02/>>. Acesso em: 03 jun. 2019.

PRIMEIRA CADEIRA PUBLICA DE PIRACICABA. **Gazeta de Piracicaba**, Piracicaba, Notícias, p. 3, 22 ago. 1883.

PROFESSOR PUBLICO (a). **Gazeta de Piracicaba**, Piracicaba, Notícias, p. 2, 03 jun. 1883.

PROFESSOR PUBLICO (b). **Gazeta de Piracicaba**, Piracicaba, Notícias, p. 2, 16 mar. 1884.

PROFESSORA PUBLICA. **Gazeta de Piracicaba**, Piracicaba, Noticiário, p. 2., 23 abr. 1884.

PROFESSORA REMOVIDA. **Gazeta de Piracicaba**, Piracicaba, Notícias, p. 2, 24 fev. 1884.

RAFAETA, Edivilson Cardoso. **Luminoso farol: o Colégio Piracicabano e a educação feminina em fins do século XIX.** 2008. 200 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, Campinas, 2008.

REIS FILHO, Casemiro dos. **A Educação e a ilusão liberal: origens da escola pública paulista.** Campinas: Autores Associados, 1995.

SANTOS, José Veloso dos. **As contribuições de Horace Lane na instrução pública paulista (1890 – 1910)**. 2011. 134 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2011.

SÃO PAULO (Estado). **Caetanos de Campos**. Disponível em: <<http://www.caetanodecampos.com.br/diretores-e-professores-biografias/78/biografia-de-antonio-caetano-de-campos>>. Acesso em: 13 set. 2019.

SAVIANI, Dermeval. O legado educacional do “breve século XIX” brasileiro. In: SAVIANI, Dermeval *et al.* **O Legado educacional do século XIX**. Campinas: Autores Associados, 2014. (Coleção Educação Contemporânea). p. 7-31.

SENTINELLA. Cartas de S. Pedro. **Gazeta de Piracicaba**, Piracicaba, p. 1-2, 07 maio 1887.

SOUZA, Rosa Fátima. **Templos de civilização: a implantação da Escola Primária Graduada no Estado de São Paulo (1890-1910)**. São Paulo: Fundação Editora da Unesp, 1998.

_____. **Alicerces da pátria: história da escola primária no Estado de São Paulo (1890-1976)**. Campinas: Mercado das Letras, 2009.

_____. Espaço da educação e da civilização: origens dos grupos escolares no Brasil. In: SAVIANI, Dermeval *et al.* **O Legado educacional do século XIX**. Campinas: Autores Associados, 2014. (Coleção Educação Contemporânea). p. 33-79.

THOMASSINI, Thomas Boada de. Importância, Objecto e Fim da Educação na Epocha Presente. **Gazeta de Piracicaba**, Piracicaba, Colaboração, p. 1, 01 jul. 1882.

TORRES, Maria Celestina Teixeira Mendes. **Piracicaba no século XIX**. Piracicaba: Instituto Histórico e Geográfico de Piracicaba, 2009.

TRIUMVIRO. Collegio Piracicabano. **Gazeta de Piracicaba**, Piracicaba, p. 1-2, 02 jun. 1888.

VALDEMARIN, Vera Teresa. Os sentidos como janelas e portas que se abrem para um mundo interpretado. In: SAVIANI, Dermeval *et al.* **O Legado educacional do século XIX**. Campinas: Autores Associados, 2014. (Coleção Educação Contemporânea). p. 81-125.

VIDAL, Diana Gonçalves. **Culturas Escolares: estudo sobre práticas de leitura e escrita na escola pública primária (Brasil e França, final do século XIX)**. Campinas: Autores Associados, 2005.

_____. Lá vem o bonde das normalistas...: uma incursão pelo cotidiano escolar do Instituto de Educação do Rio de Janeiro na década de 1930. In: ARAUJO, José Carlos Souza; FREITAS, Anamaria Gonçalves Bueno de; LOPES, Antônio de Pádua Carvalho (org.). **As Escolas Normais no Brasil: do Império à República**. Campinas: Alínea, 2008. p. 233-248.

VIEIRA, César Romero Amaral; NERY, Ana Clara Bortoleto; AGUIAR, Thiago Borges de. Cultura e escolarização: um panorama do município de Piracicaba na virada do século XIX. In: GONÇALVES NETO, Wenceslau; CARVALHO, Carlos Henrique (org.). **Ação municipal e educação na Primeira República no Brasil**. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2015. p. 129-151.

VINAGRE, Elizabeth da Silva Galastri. Instituições para a educação da infância em Jundiaí (1880-1984). **Revista Educação**, Jundiaí, v. 1, n. p., jun./dez. 2009.

WATTS, M. H. Collegio Piracicabano. **Gazeta de Piracicaba**, Piracicaba, Annuncios, p. 2, 03 fev. 1895.

APÊNDICE

Documentos utilizados na elaboração da dissertação

Documento	Data	Palavras-chave	Procedência
Ofício - Prof. João Theodozio de Carvalho Montenegro - se defende de acusações de conduta imoral no exercício do magistério (Piracicaba).	Não consta	. Acusação de conduta imoral; . João Theodozio de Carvalho Montenegro; . 2ª cadeira de primeiras letras.	Arquivo Público do Estado de São Paulo
Ofício - informa que o Prof. Antonio Augusto de Oliveira Cesar assumiu o cargo de professor interino da 2ª cadeira de primeiras letras da localidade (Piracicaba).	08/06/1857	. 2ª cadeira de primeiras letras; . professor interino; . Antonio Augusto de Oliveira Cesar.	Arquivo Público do Estado de São Paulo
Ofício - informa que o Prof. Bento Barreto do Amaral Gurgel foi professor da Cadeira de Gramática Latina e Francesa (Piracicaba).	18/06/1857	. Bento Barreto do Amaral Gurgel; . Cadeira de Gramática Latina e Francesa.	Arquivo Público do Estado de São Paulo
Ofício - Prof. João Theodozio de Carvalho Montenegro - relata as dificuldades financeiras enfrentadas por ele e pelos professores de maneira geral.	24/01/1859	. João Theodozio de Carvalho Montenegro; . míseros professores; . dificuldades financeiras.	Arquivo Público do Estado de São Paulo
Anais da Assembleia Provincial de São Paulo - sessão de 19/05/1869 - Prudente de Moraes critica as condições vigentes da Instrução Pública e se posiciona favoravelmente à criação de uma segunda cadeira de primeiras letras em Campinas.	19/05/1869	. Prudente de Moraes; . Campinas; . cadeiras de primeiras letras.	Anais da Assembleia Provincial de São Paulo
Artigo - considerações referentes à importância da educação da mulher - é preciso instruí-la de maneira adequada, e não de modo fútil e ligeiro.	01/06/1882	. Mulher; . instruir; . educação da mulher.	<i>Jornal Gazeta de Piracicaba</i>
Notícia - frequência nas cinco escolas da área urbana de Piracicaba - Crítica ao descuido dos pais que não se preocupam com a frequência dos filhos à escola - Dos 286 matriculados apenas 175 frequentavam as aulas.	27/08/1882	. Frequência de alunos; . 286 matriculados; . críticas aos pais.	<i>Jornal Gazeta de Piracicaba</i>

continua

continuação

Documento	Data	Palavras-chave	Procedência
Notícia - provimento da cadeira do sexo masculino do Bairro Alto (Piracicaba) por Frederico Guilherme Hoppe – professor habilitado pela Escola Normal, transferido de Itapetininga.	03/06/1883	Frederico Guilherme Hoppe; . cadeira do sexo masculino do Bairro Alto; . habilitação pela Escola Normal.	<i>Jornal Gazeta de Piracicaba</i>
Notícia - nomeação de José Manoel de França Junior para a 1ª cadeira do sexo masculino (Piracicaba) - refere-se ao professor como “amigo e companheiro de redação” do jornal.	22/08/1883	. José Manoel de França Junior; . 1ª cadeira do sexo masculino; . nomeação.	<i>Jornal Gazeta de Piracicaba</i>
Notícia - envio de uma representação dos moradores de Piracicaba à Assembleia Provincial de São Paulo - solicitação da criação de uma escola para meninos na Rua Porto.	06/02/1884	. Representação de moradores; . criação de escola; . Rua do Porto.	<i>Jornal Gazeta de Piracicaba</i>
Notícia - remoção da Prof. ^a Idalina Ferreira de Paula, da 1ª cadeira do sexo feminino de Piracicaba, para uma escola da Capital (São Paulo).	24/02/1884	. Idalina Ferreira de Paula; . 1ª cadeira do sexo feminino; . remoção.	<i>Jornal Gazeta de Piracicaba</i>
Notícia - Prof. Augusto Cesar de Arruda Castanho, natural de Capivari, normalista, que assumiu a cadeira do sexo masculino do Bairro Alto (Piracicaba).	16/03/1884	. Augusto Cesar de Arruda Castanho; . normalista; . cadeira do sexo masculino do Bairro Alto.	<i>Jornal Gazeta de Piracicaba</i>
Notícia - chegada da professora normalista Maria Januaria Vaz Pinto à Piracicaba, acompanhada de seu pai, para dar aulas na 1ª cadeira do sexo feminino.	23/04/1884	. Maria Januaria Vaz Pinto; . 1ª cadeira do sexo feminino; . normalista.	<i>Jornal Gazeta de Piracicaba</i>
Ata da sessão ordinária da Câmara Municipal de Piracicaba de 21/07/1884 - o vereador Manoel de Moraes Barros manifestou-se contrário à construção de um prédio próprio para a Câmara (que funcionava no prédio provincial da Cadeia), defendeu outras obras mais necessárias – como a construção de quatro casas para abrigar parte das oito cadeiras ali existentes.	21/07/1884	. Manoel de Moraes Barros; . construção de prédio próprio.	Livros de Atas da Câmara Municipal de Piracicaba

continua

continuação

Documento	Data	Palavras-chave	Procedência
Notícia - aulas da escola mista da Rua do Porto (Piracicaba), que não haviam se iniciado, pois a professora nomeada não assumira a cadeira.	23/07/1884	. Escola mista da Rua do Porto.	<i>Jornal Gazeta de Piracicaba</i>
Notícia - Professora Thereza Christina dos Reis Teixeira mudou provisoriamente suas aulas da escola mista da Rua do Porto para a Rua do Rosário (Piracicaba) - Críticas à atitude da professora.	29/08/1884	. Thereza Christina dos Reis Teixeira; . Rua do Porto; . escola mista da Rua do Porto; . críticas.	<i>Jornal Gazeta de Piracicaba</i>
Notícia - autorização para mudança de duas escolas da Rua do Porto para a Rua Direita (Piracicaba), concedida pelo inspetor literário Canuto Saraiva.	29/11/1885	. Professor da Rua do Porto; . Professora da Rua do Porto; . Rua Direita; . mudança de escolas.	<i>Jornal Gazeta de Piracicaba</i>
Artigo - posicionamento de Augusto Cesar de Arruda Castanho referente à imitação de modelos pedagógicos de países estrangeiros - é cabível desde que haja recursos e estrutura necessários.	24/03/1886	. Augusto Cesar de Arruda Castanho; . modelos pedagógicos; . imitação.	<i>Jornal Gazeta de Piracicaba</i>
Notícia - partida de José Manoel de França Junior, professor da 1ª cadeira do sexo masculino (Piracicaba), para a Capital para estudar na Escola Normal.	11/01/1887	. José Manoel de França Junior; . Escola Normal; . 1ª cadeira do sexo masculino.	<i>Jornal Gazeta de Piracicaba</i>
Notícia - enchentes na Rua do Porto - animais buscam abrigo nos telhados das casas.	11/01/1887	. Rua do Porto; . enchentes; . animais.	<i>Jornal Gazeta de Piracicaba</i>
Artigo - município de São Pedro - recenseamento apontava que dois terços de sua população era de analfabetos, o que o articulista considerava ser algo vergonhoso.	07/05/1887	. São Pedro; . analfabetos; . recenseamento.	<i>Jornal Gazeta de Piracicaba</i>
Notícia - eleição dos membros e do presidente do Conselho Municipal de Instrução Pública (Piracicaba).	13/09/1887	. Conselho Municipal de Instrução Pública; . Barão de Rezende.	<i>Jornal Gazeta de Piracicaba</i>
Notícia - pedido de exoneração do presidente do Conselho Municipal de Instrução Pública, o Barão de Rezende (Piracicaba).	30/11/1887	. Exoneração; . Conselho Municipal de Instrução Pública; . Barão de Rezende.	<i>Jornal Gazeta de Piracicaba</i>

continua

conclusão

Documento	Data	Palavras-chave	Procedência
Notícia - reproduz outra notícia publicada em Itu, referente ao Colégio Piracicabano. Três homens realizaram uma visita às instalações do colégio e foram recebidos por Martha Watts. Descreveram elogiosamente a estrutura, o método de ensino e outros elementos, fizeram alusão ao “salutar sistema americano”.	02/06/1888	. Colégio Piracicabano; . Martha Watts; . sistema americano.	<i>Jornal Gazeta de Piracicaba</i>
Artigo - autoria de Arthur Breves - tece críticas ao estado precário da instrução pública naquele período.	02/10/1889	. Arthur Breves; . precariedade da instrução pública.	<i>Jornal A Província de São Paulo</i>
Anúncio - Colégio Piracicabano - Informava também receber meninos “bem comportados” até a idade de 14 anos.	01/02/1895	. Colégio Piracicabano; . meninos.	<i>Jornal Gazeta de Piracicaba</i>

Quadro elaborado pela pesquisadora. Optou-se por dispor os documentos em ordem cronológica.